



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Departamento de Economia

MARJORIE BALDIM

Orientador: Adílson Marques Gennari

**Gestão do Ouro Azul no Contexto Globalizado Neoliberal: Bem
Econômico ou Bem Social?**

Estudo de caso da Guerra da Água em Cochabamba

Araraquara-SP

2013

MARJORIE BALDIM

Gestão do Ouro Azul no contexto globalizado Neoliberal: Bem econômico ou bem social?

Estudo de caso da Guerra da Água em Cochabamba

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Ciências
Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras
– Unesp/Araraquara, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Adílson Marques Gennari

Araraquara-SP

2013

MARJORIE BALDIM

Gestão do Ouro Azul no contexto globalizado Neoliberal: Bem econômico ou bem social?

Estudo de caso da Guerra da Água em Cochabamba

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Adílson Marques Gennari

Data da defesa/entrega: ____/____/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Nome e título

Universidade.

Membro Titular:

Nome e título

Universidade

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Agradecimentos

Começo com a frase clichê: como o tempo voa. A minha esperada vida acadêmica, fase de novidades, desafios, realizações, sonhos, crescimento e reconhecimento próprio, acabou. Finalizo esta importantíssima etapa da minha vida, orgulhosa e vitoriosa, mas sei que nunca chegaria aqui sozinha.

Primeiramente agradeço as pessoas mais importantes da minha vida, que me acompanham em todos os momentos, me ajudam, apoiam, criticam, brigam, me dão forças, coragem e animo pra superar qualquer tipo de dificuldade, meus pais. Minha mãe Delcy Cunha Baldim, meu conforto, sempre com um sorriso no rosto e frases de incentivo, carinho e amor; e meu pai, Júlio César Baldim, pelo seu esforço em me dar a melhor educação possível e seu estímulo para eu ir pra frente. Vocês são a razão da minha felicidade e o sentido da minha vida, esses 4 anos não seriam nada sem vocês ao meu lado, como sempre e para sempre. Agradeço muito a meu amado irmão, Victor Baldim, meu melhor amigo e exemplo a seguir, por sempre acreditar em mim e me ajudar em tudo que fosse possível. Irmãos são os melhores presentes da vida. Agradeço toda a minha família.

Ao meu orientador, professor e amigo, Adílson Marques Gennari, que deu luz a minha formação com suas aulas que eram lições de vida, e me mostraram que, acima de um economista, somos seres humanos. Ser este que deve nunca deve desistir da luta pela justiça e igualdade social. Ao restante do corpo docente do departamento de Economia, pelas horas de aula, afinal, toda forma de conhecimento é válida.

Agradeço aos meus amigos de infância, amizade profunda e verdadeira que provaram o quanto a distância é ínfima perto de um laço tão profundo e único. Em toda situação importante que aconteceram comigo nesses 4 anos, vocês eram as primeiras pessoas a passarem por minha cabeça.

Aos amigos que fiz na faculdade, amigos que pretendo levar pra toda a vida, amigos que se transformaram em partes de mim, tão presentes e necessários que espero um dia conseguir me acostumar com a falta diária de suas presenças. Obrigada unespianos queridos, por toda conversa longa ou curta, profunda ou superficial, por toda risada, choro, ajuda, abraço, festa, churrasco, tensão de prova, estudo, fofoca, briga, beijo, tempo livre e as muitas refeições, principalmente às minhas 4 anjinhas da guarda. Obrigada aos meus colegas de classe que, apesar dos pesares, proporcionaram uma convivência muito agradável, e aos amigos que fiz fora da sala de aula. Sentirei e já sinto muita falta de todos.

"Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada do globo terrestre, por parte de alguns indivíduos, parecerá tão absurda como a propriedade privada de um homem por outro homem. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, e mesmo todas as sociedades de uma mesma época, tomadas em conjunto, não são proprietários da terra. São somente seus possesores, seus usufrutuários e, como *boni patres familias*, têm o dever de passá-la para as gerações seguintes em uma condição melhorada."

Karl Marx (1894, p.546).

Resumo

O neoliberalismo fundamentado no Consenso de Washington aconselhou a privatização como a mais eficiente alternativa a gestão dos recursos naturais. A questão é o que a eficiência está priorizando, o mercado ou o bem estar? A crescente apreensão com a problemática hídrica vem sendo destacada nos debates políticos internacionais, e o que se constata é a proeminência dos interesses corporativos e econômicos sobre os sociais e ambientais. A água está em crise, são vários os focos de conflitos populares ao redor do mundo contrários ao modo como está sendo oferecido este recurso, como a Guerra da Água ocorrida em 2000, na cidade de Cochabamba. É necessário respeitar suas limitações para garantir sua disponibilidade futura e escolher o melhor modelo de desenvolvimento que privilegie a eficácia de seu controle. A proliferação da visão mercantilista sobre água no âmbito internacional estipulou privatização da sua gestão como regra ideal, que encareceu, concentrou renda, não melhorou a qualidade e nem promoveu a justa igualdade de acesso à água pela maioria dos sistemas de fornecimento desses serviços, isto é, a privatização não trouxe resultados positivos que compensem os malefícios de sua implantação. A água é um bem essencial para a vida dos seres vivos, em todas as suas etapas, razão básica para se desenvolver planos, regras e compromissos que garantam a sua conservação e proporcionem, o mais rápido possível, uma alternativa válida para sua gestão sustentável no longo prazo.

Palavras-chave: Governança Do Bem Comum, Cochabamba, Ouro Azul.

ABSTRACT

The neoliberalism based on the Washington Consensus advised privatization as the most effective alternative for the management of natural resources. The question is what is prioritizing efficiency, market or welfare? The growing concern about the water issue has been highlighted in discussions in international policy debates, and what it turns out is the prominence of corporate and economic interests over social and environmental. The water is in crisis, there are several sources of popular conflicts around the world contrary to how this resource is being offered, as the Water War occurred in 2000 in the city of Cochabamba. It is necessary to respect its limitations to ensure their future availability and choose the best development model that favors the effectiveness of their control. The international proliferation of commercial vision concerning water stipulated privatization of their management as ideal rule, which increased rates, concentrated income, has not improved the quality nor promoted the conquest of equal access to water for most systems that provides these services, this is, privatization has not brought positive results that outweigh the harm of its implementation. Water is an essential commodity for life of living beings, in all its stages, basic reason to develop plans, rules and commitments that ensure its conservation and provide, as soon as possible, a valid alternative for the sustainable management in long term.

Keywords: Governig the Commons, Cochabamba, Blue Gold.

Lista de Figuras

Figura 1 - Porcentagem de pessoas que não concordam que as privatizações tragam resultados benéficos para seus países.	28
Figura 2 - Os departamentos da Bolívia.....	32
Figura 3 - Estrutura acionária “Águas Del Tunari”	40
Figura 4 - teoria das relações causais entre escassez ambiental e conflitos violentos de acordo com Homer- Dixon.....	61
Figura 5 - Distribuição de água na Hidrosfera	65
Figura 6: Consumo de Água Médio, litros por dia	67
Figura 7- Disponibilidade de Água em declínio.....	68
Figura 8: Evolução do Consumo Global de Água: Retirada e Consumo por Setor	69

Lista de tabelas

Tabela 1 - Probabilidade de ocorrência de guerras civis quando fatores de risco são acrescentados (período entre 1980 e 1992).	34
Tabela 2 - Probabilidade de ocorrência de conflitos armados quando fatores de risco são acrescentados (período 1980 e 1992).....	34
Tabela 3 - Projetos aplicados e oferta líquida potável por fontes de água (1825-1950).....	36
Tabela 4 - Cochabamba: uma síntese da desigualdade: conexões, consumo e gasto em água, e indicadores de qualidade de vida em 1996.....	38
Tabela 5 - Conta da água, total por categoria de usuário. SEMAPA Vs. BECHTEL	48

Sumário

Introdução.....	10
1 Globalização.....	14
1.1 O Consenso de Washington e o Neoliberalismo.....	20
1.2 Privatizações	25
2 A Guerra Do Ouro Azul Em Cochabamba	31
2.1 Breve Histórico da Bolívia	31
2.2 Cochabamba.....	32
2.3 O Enraizado Problema Hídrico	35
2.4 Guerra da Água versus Guerra do Neoliberalismo	49
2.5 A população VENCEU essa Guerra?.....	51
3 A difícil gestão dos recursos hídricos, bem social ou bem econômico?.....	53
3.1 A incessante busca pelo crescimento:	54
3.2 A ÁGUA, a vida.....	63
3.3 O Valor Do Ouro Azul	70
3.4 Há solução?.....	73
Conclusão	79
Referência Bibliográfica	80

Introdução

Quando falamos de neoliberalismo e globalização estamos falando de uma nova ordem mundial. O mundo globalizado se encontra em constantes mudanças, o modelo econômico vigente se adapta constantemente as demandas dos agentes e do contexto em que está inserido. Mas nem sempre as necessidades dos agentes econômicos dominantes são as necessidades da população como um todo, sendo preciso uma intervenção à corrente maximizadora de capital que agrava os problemas sociais cada vez mais e aumenta a desigualdade. O neoliberalismo fundamentado no consenso de Washington aconselha a privatização como a mais eficiente alternativa de gestão dos recursos naturais, a questão é qual eficiência está se priorizando, a de mercado ou a de bem estar. Há fortes evidências, com destaque na “Guerra da Água” de Cochabamba ocorrido na Bolívia, que exemplificam os malefícios de focar a eficiência econômica como base para se solucionar problemas que afetam tão diretamente a população e seu modo de vida presente e futuro. Nos últimos 30 anos vêm aumentando a preocupação com a natureza, com as catástrofes climáticas e os problemas ambientais futuros. A apreensão com a problemática hídrica vem sendo destaque das discussões nos debates políticos internacionais, o agravamento do problema hídrico é considerado o epicentro do problema de planejamento de um modelo de desenvolvimento que encontre a solução eficaz à gestão dos recursos naturais, pensando em longo prazo, a larga escala e sustentavelmente. Mesmo sendo um recurso que se renova pelo seu ciclo hidrológico, o desperdício, poluição e distribuição falha, adicionados ao crescimento populacional, coloca em dúvida sua disponibilidade futura para as próximas gerações. Pela sua dependente necessidade à sobrevivência e sua situação atual e futura de escassez, se tornou extremamente raro e valioso, o *Ouro Azul*, foco de disputa das grandes corporações pelo seu domínio e distribuição, é visto como um bem econômico e não um direito social, que precisa de financiamentos e investimentos altos para sua gestão, e maior lucratividade. Aí, então, começa o antagônico problema de definições: econômica ou social, um recurso extremamente necessário à vida deve ser considerado um direito humano básico, sendo proibida a exclusão de qualquer classe do seu consumo, ou um recurso de difícil e complicada gestão deve ser mercantilizado em vista garantir

gigantescos lucros a uma parcela mínima da população, o que implicaria em altos custos e a exclusão de parte substancial da sociedade ao acesso vital dela. O que vimos como resposta é a proeminência dos interesses corporativos e econômicos sobre os sociais e ambientais. A água está em crise e é necessário respeitar suas limitações para garantir sua disponibilidade futura e escolher o melhor modelo de desenvolvimento que preze sua perfeita gestão, respeitando suas limitações. A proliferação da visão mercantilista sobre água no âmbito internacional, pela escolha da privatização da sua gestão, diminuiu, encareceu e não alterou a qualidade nem a área alcançada da maioria dos sistemas de fornecimento desses serviços à população, além de subtrair, cada vez mais, grande parte da população carente ao acesso a esses serviços.

Este trabalho foi elaborado com o intuito de introduzir essa discussão relativamente nova, porém já prevista há séculos, de extrema importância para os próximos anos, de qual é a melhor forma de lidar com o controle dos recursos naturais; da água que é a base do desenvolvimento das nações, importante em praticamente todas as atividades e totalmente relacionada à qualidade de vida da população. A escolha deve ser economicamente favorável às corporações dominantes ou socialmente e ambientalmente favoráveis? Existe a possibilidade de andar de mãos dadas, juntar os dois interesses para o máximo do bem estar de todos, proporcionando um desenvolvimento justo e viável?

Visando a realização desta pesquisa será usado o método de procedimento monográfico e como técnica de pesquisa a bibliográfica e a documental, conjuntamente com o conhecimento adquirido durante minha formação acadêmica para que assim exponha as diversas interfaces e posições acerca do objeto de estudo proposto e o ponto de vista que pretendo defender, com ajuda da visão dos autores listados na bibliografia o objetivo de apresentar as diversas interfaces e posições acerca do objeto de estudo proposto. O plano de exposição do estudo a ser desenvolvido divide o corpo em três capítulos:

O capítulo 1 tem como propósito mostrar e detalhar os fenômenos, caminhos e ideologias seguidos pela nova ordem mundial, fundamentada na globalização, nas regras do neoliberalismo e no incentivo às privatizações, e mostrar que tendem a diminuir cada vez mais os direitos humanos e dar prioridade em aumentar a concentração de riqueza dos mais ricos pelo seu sistema de geração de renda com distribuição cada vez mais

concentrada e desigual. As prioridades são erradas, se apostam em um sistema de acumulação de capital e livre mercado, com inserção pesada de presença externa em países pouco desenvolvidos e despreparados, e quem acaba sendo realmente prejudicado é a população, que sofre com as novas restrições e imposições que nada lhes tem haver, o aumento da qualidade de vida e do bem-estar são esquecidos.

O capítulo 2 apresenta um estudo de caso da Guerra da Água, ocorrida na cidade de Cochabamba, na Bolívia, para ilustrar os efeitos de uma ordem econômica mundial mirada na globalização neoliberal, que afeta negativamente países com forte dependência externa e população relativamente pobre. Vários países ao redor do mundo já adotaram políticas de privatização dos serviços de água, e em alguns deles ocorreu resistências e expulsão das empresas fornecedoras do serviço, devolvendo este à administração do Estado. Além do caso de Cochabamba na Bolívia, que será aqui relatado, temos exemplos em Montreal, Vancouver e Moncton (Canadá), Nova Orleans (EUA), em várias regiões da Índia, na Bélgica, África do Sul, França, Uruguai, Argentina e Costa Rica (PETRELLA, 2003). Os subdesenvolvidos sofrem com os efeitos do interesse privado, e o povo é castigado com a restrição, aumento de preço, diminuição de qualidade, de bens comuns completamente necessários para a vida. O problema da água vem sendo base de vários conflitos locais e globais, e a guerra da água boliviana é um exemplo claro das tensões geradas pela globalização, que aposta na proteção da intervenção intensa estrangeira pelas instituições financeiras internacionais: empresas transnacionais estrangeiras em busca de lucro se instalando em países com indústria recém formada, em mercados recém criados; instituições mundiais financeiras a serviço de criação e exploração desses mercados; um Estado totalmente moldado pelas normas das instituições que soluciona um problema intrincado interno, a água, com a famosa medida mais incentivada pelo FMI e o neoliberalismo: privatizar. O conflito relacionado aos recursos hídricos em Cochabamba, durante o ano de 2000, se tornou um ícone do discurso anti-globalização não apenas sul-americano, mas mundial.

Por fim temos o capítulo 3, que mostra a mudança de preocupação das políticas desenvolvimentistas, com ênfase nos últimos 30 anos, é necessário mudar os focos e redefinir as prioridades. Crescer não é o suficiente. Para atingir o desenvolvimento a qualidade de vida e preservação do meio ambiente são indispensáveis e prioritárias. A água

é o recurso mais importante para a sobrevivência e sua viabilidade futura é o mínimo para ser garantida, ela é mal usada, desperdiça e muito mal distribuída. A população não para de crescer e não há melhoras na sua gestão desigual e dilapidada, se não dar atenção necessária a essa problemática óbvia, as gerações futuras serão extremamente afetadas com a escassez do recurso, isso é se existirem futuras gerações. A água é um bem essencial para a vida dos seres vivos, em todas as suas etapas, razão básica para se desenvolver planos, regras e compromissos que garantam a sua conservação e proporcionem, o mais rápido possível, uma alternativa válida para sua gestão sustentável. Ainda não existe um consenso sobre qual a melhor forma de distribuição do ouro azul que melhor atenda os problemas de viabilidade futura, distribuição igualitária e recuperação dos danos já causados, mas há provas que a privatização não é a solução.

1 Globalização

A globalização da economia é um fenômeno característico e marcante, presente desde a última década do século XX e que continua atual e com força nos dias de hoje, na fase do capitalismo denominada avançado (início século XXI). A definição formal oficial da palavra globalização, pelo dicionário Aurélio está como: “ato ou efeito de globalizar”, onde globalizar é descrito como: “reunir num todo; apresentar de um modo global (elementos dispersos), totalizar”. Priorizando esse sentido de mundializar, integrar as informações e novidades por todo o globo, a globalização será mais detalhada abaixo, para logo ser rebatida por não ter sido especificado os seus efeitos colaterais e a tamanha desigualdade em sua integração.

O sistema internacional capitalista de intercâmbio atual é baseado na evolução de três fatores principais: os processos de concentração e centralização do capital nas economias do centro, as mudanças tecnológicas e científicas a favor do melhor desempenho nos processos produtivos e, por fim, os papéis assumidos pelos Estados na constituição dos blocos econômicos regionais e à postura perante a dívida das nações do terceiro mundo (CHESNAIS, 1996). A globalização se desenvolve perfeitamente se baseando nas regras do capitalismo.

São várias as denominações dadas ao processo que aprofundou as interações transnacionais: globalização, formação global, cultura global, sistema global, modernidades globais, culturas da globalização ou cidades globais. Globalização é um processo complexo e profundo de mudanças, multifacetado e de diversas definições que teve início por volta da década de 1980¹, se mantendo vivo até os dias de hoje. Nesses últimos 30 anos sua presença impôs novas normas e regras que mudaram fortemente o funcionamento do mercado mundial. Mesmo sendo um processo atual, pode se dizer que a fase que vivenciamos é a terceira fase da globalização, suas origens são antigas, e a primeira fase pode ser datadas do século XV, com o colonialismo, a expansão ultramarina europeia e o estímulo a ocupação territorial para descobrir novas áreas com mercadorias

¹ Como todos os principais conceitos econômicos, a origem da globalização gera grande controvérsia, seu início pode ser relacionado tanto com o período das grandes navegações, no império romano, e até quando foi concebida a forma esférica do planeta pode-se falar de certa forma em globalização.

para se vender nas metrópoles, principalmente prata e ouro, estímulo advindo do mercantilismo(SANTOS, 2005).

Um consenso mundial é de que a globalização foi uma intensificação gigantesca das interações econômicas entre o mundo, tudo ficou mais perto, aproximaram-se fortemente as integrações sociais transnacionais, diminuindo a distância física entre os mercados. A palavra indica que há crescente interdependência entre mercados, governos, empresas e movimentos sociais em nível global, o que também pode ser visto como uma dependência cada vez maior entre as nações. Pode se dizer que isso ocorreu graças a forte desregulamentação da atividade econômica, a famosa “liberalização econômica”. Acentuaram as trocas entre as novas tecnologias de informação e a comunicação, que multinacionalizaram as empresas pelo redor do mundo todo. Por ser multifacetado atingiu todas as esferas, econômica, social, política, cultural, religiosa e jurídica, todas interligadas complexamente. Algumas características desse fenômeno crescente são a internacionalização da produção, aumento do comércio intra-firma, externalização de varias atividades com o objetivo de reduzir custos, acumulação de recursos e construção de alianças. (CHESNAIS, 1992).

Características presentes no mundo atual, decorrentes de um conjunto de relações e transformações sociais, formam um aglomerado de condições que acabam por facilitar o acúmulo de valor e riqueza pelas empresas que, com esse sistema interligado, intensificam as interações transnacionais e distribuem capital por todo o mundo, facilitando o fluxo de capitais entre os países. Seu princípio seria a homogeneização dos mercados e a uniformização, eliminando fronteiras nacionais para universalizar de vez as relações econômicas. A busca de maior lucratividade levou as empresas a investirem cada vez mais no mercado financeiro, que se tornou o epicentro da economia globalizada.

Para Eric Hobsbawm (2009) a globalização é um procedimento histórico que começou anos atrás com o desenvolvimento e difusão dos sistemas de transportes e mercadorias na época do mercantilismo, caracterizado por transformações ininterruptas, tendo na sua essência a expansão, que é contínua e incessante. Seu foco é a criação de uma economia global, e para isso se eliminam os obstáculos técnicos, o que então diminui o tempo e a distância para poder, por fim, considerar o mundo como uma unidade única. Extinguem-se as inconveniências dos processos produtivos (descentralizando-o) com o

aperfeiçoamento dos sistemas de informação pela difusão da tecnologia de informação e comunicação em tempo real, com a eliminação das barreiras comerciais e a liberalização dos mercados, para que assim se aumente a eficiência, lucratividade e produtividade da produção de bens e serviços.

E como nosso mundo é definido por suas múltiplas diversidades (climática, geográfica, cultural, histórica, entre outras) e desigualdades, a unificação de todo o planeta proposta pelo processo de globalização se depara com fortes limitações. O acesso aos bens e serviços advindos da globalização é mais amplo, porém não é equivalente para todos, dentre eles temos os recursos naturais que sofrem grande desigualdade nas suas distribuições, essa falha na justiça é o problema principal do processo para Hobsbawn (2009), a impossibilidade de garantir um acesso igual, ou pelo menos proporcional, dos produtos e serviços em um mundo marcado por uma desigualdade enraizada e histórica. O aumento da riqueza do mundo é visível e constante, mas os cidadãos comuns não participam de sua partilha, da divisão dos resultados desse intenso crescimento global. “O bolo vem se tornando maior, mas os ricos estão ficando com uma parte cada vez maior dele.” (HOBSEBAWN, 2009, p. 68). Ele diz que ocorreram melhoras, pessoas deixaram status de miseráveis, conseguiram um emprego, melhoraram sua situação de vida, tudo isso como resultado das inovações tecnológicas e pela maior mobilidade proporcionada pelo processo. Mas as leis do funcionamento do capitalismo são bem específicas: maximizar a expansão, o lucro e o aumento de capital; e isso conflita com as prioridades da sociedade. O que vemos hoje é um mundo com prioridades erradas e extremos gritantes. “O mundo tornou-se imensamente rico. A quantidade de pessoas que dispõe de recursos suficientes para fazer o que antes estava no alcance apenas dos ricos é incomparavelmente maior do que antes.” (HOBSEBAWN, 2009, p. 73).

Com o passar dos anos se constatou que nem tudo são flores e que o processo de desenvolvimento baseado no crescimento modernizante e no aumento de rentabilidade foi responsável, também, pelo aumento das desigualdades sociais, miséria, pobreza e desemprego crônico, principalmente nos países pouco desenvolvidos. Para Boavetura de Souza Santos (2005), o antigo conflito entre os interesses hegemônicos e o interesse dos subalternos reflete bem o crescimento, mostrando que a universalização proposta se dá em um pequeno número de potências dominantes, e essa proposta utópica de aproximação

entre os países e a mundialização das tecnologias, inovações e informações, na verdade só se deu entre os realmente ricos, aumentando mesmo a distância entre estes e os subdesenvolvidos, que acabam sendo deixados para trás nessa corrida pelo crescimento, além de levar ao aumento da desigualdade no interior destes mesmos países. E o avanço, o progresso modernizador, bateu de frente com a involução dos direitos sociais, o retrocesso do Estado nacional (com a diminuição gradativa de suas responsabilidades de interesse público, graças ao processo de privatização, conceito supervalorizado nessa nova fase) e o empobrecimento da maioria subdesenvolvida. Ocorre uma forte distorção das prioridades, se passa por cima dos direitos sociais em prol da busca pelo capital, se troca o bem estar social e os direitos dos cidadãos pela saciedade momentânea do consumismo voraz, impulsionado pelas políticas neoliberais, não existe mais cidadão e inclusão, o que existe e importa agora é consumidor e ganhos. A globalização do capital das últimas décadas preza pela busca do aumento da produtividade do trabalho e a consequente elevação das margens de lucro das empresas e isso é também responsável pela precarização do trabalho, os problemas ambientais, os conflitos étnicos, a migração internacional, a proliferação de guerras civis, o crime organizado e a democracia formal. O mundo globalizado é um mundo desigual.

“A globalização é um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, estados e interesses hegemônicos por um lado e grupos sociais, estados e interesses subalternos por outro, sendo que mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas.” (SANTOS, 2005, p.27).

Para o importante e reconhecido economista Joseph Stiglitz², a globalização pode ser uma grande impulso ao desenvolvimento e à redução das desigualdades em uma proporção internacional, o problema é que ela vem sendo corrompida pelo comportamento individualista das instituições financeiras dominantes e, por fim, não contribui para a construção de uma ordem econômica mais justa nem para um mundo com menos conflitos. Há um comprometimento cego em manter o livre mercado e a onipresença do Estado pelos

² Stiglitz teve seu prestígio provado com o recebimento do Prêmio Nobel por sua contribuição para diversos ramos da economia, foi membro do Council of Economic Advisers do governo Clinton e economista-chefe do Banco Mundial de 1997 a 2000.

“defensores do Consenso de Washington” que ultrapassa a lógica de se orientar por análises das condições econômicas, o princípio keynesiano³ de pleno emprego é abandonado por uma ideologia que apoia políticas que acabam em aumentar os níveis de desemprego, tudo para o bom funcionamento do mercado. (2002).

Nos últimos anos a globalização se transformou também em um campo de contestação social e política, dividido entre os que a consideram como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, e os que dizem ser ela amaldiçoada, por trazer a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial, e o aclamado progresso e abundância só se materializam para um clube cada vez menor de privilegiados. (SANTOS, 2002). Um exemplo importante desse aumento da desigualdade na distribuição da alta renda gerada está no passar das décadas, em 1960, a diferença de rendimento entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre era de 30 para 1, em 1990 era de 60 para 1 e, já em 1997 subiu para 74 para 1. As 200 pessoas mais ricas do mundo aumentaram para mais do dobro a sua riqueza entre os anos mais intensos do processo de globalização, 1994 a 1998. Ao se somar a riqueza dos três mais ricos bilionários do mundo se ultrapassa a soma do produto interno bruto dos 48 países menos desenvolvidos do mundo. (PNUD, 2001).

Com base na definição da coletiva de autores exposta, a globalização é uma ampliação das integrações sociais e, principalmente, econômicas pelo globo que afetam o mundo todo, porém não da mesma forma. O benefício dessa redução de custos e intercâmbio de novidades e informações não é uma utopia, ele é real, milhões de pessoas tiveram sua renda elevada e saíram da situação de miséria e desemprego com a globalização, mas ao todo, ela é limitada a uma parcela reduzida de países desenvolvidos e dominantes no comércio global (EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra e França), a riqueza é gerada, e em larga escala, porém sua concentração se limita a poucos afortunados. Os países periféricos, menos desenvolvidos, que somam a maioria da população mundial, são presenteados com os diversos malefícios da globalização, que os afasta cada vez mais das potências. Para sobreviver em uma economia baseada na competição capitalista, todos

³ John Maynard Keynes formulou a “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. (fonte:wikipedia).

procuram seguir o modelo de sucesso dos países dominantes para garantir uma posição no mercado.

O consenso de Washington, com suas regras de desenvolvimento orientado para o mercado é o único modelo compatível com o novo regime global de acumulação, sendo uma forma de introduzir políticas de ajustamento estrutural e de estabilidade, “mascaradas”, da globalização à escala mundial, principalmente aos países subdesenvolvidos em crise da América Latina. (SANTOS, 2002). Esses países se tornam dependentes das potências internacionais e aceitam suas intervenções, cada vez mais profundas e nem sempre benéficas, pra unidade nacional.

1.1 O Consenso de Washington e o Neoliberalismo

Em uma situação de economia globalizada com predominância financeira, por outro lado, nas políticas que o mercado (ou o “Consenso de Washington”) impõe, questões como a busca do pleno emprego ou do bem-estar social via políticas econômicas estão fora de discussão. (DATHEIN, 2010, p. 12.)

Em novembro de 1989, ocorreu na capital do Estados Unidos, a cidade de Washington, um encontro convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título *"Latin American Adjustment: How Much Has Happened?"*, chamado mais tarde (informalmente) de “Consenso De Washington”. Nesse encontro, se reuniram integrantes das principais instituições financeiras do mundo, o Instituto de Economia Internacional de Washington, o Banco Mundial (World Bank), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), também estavam presentes alguns economistas e representantes dos EUA, países da América Latina, Central e Caribe, com objetivo de analisar as reformas econômicas implantadas nesses países que passavam por graves crises a partir dos anos 80⁴, e coordenar ações de melhorias nessas reformas. Se escolheu a proposta neoliberal, recomendada pelo governo norte-americano, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral. (BATISTA, 1994). Todo esse conjunto particular de receitas econômicas, programas políticos e recomendações delineadas pelo Consenso, que passa a orientar as políticas econômicas de boa parte dos países da região, foi inspirado no ideário desenvolvido por Friederich Von Hayek (1944) e nas obras de Milton Friedman (1977). (GENNARI, 2005).⁵

O Consenso de Washington foi um encontro para a elaboração de um conjunto padrão a ser seguido pelos países em desenvolvimento da América Latina de reformas neoliberais, com práticas relativamente distintas em cada país, porém com aspectos

⁴ No capítulo 2 do artigo de Paulo Nogueira Batista, 1994, “A inadequação do diagnóstico do Consenso de Washington: a verdadeira origem da crise econômica latino-americana” é bem explicada a origem da crise Latino Americana.

⁵ Professor do Depto. de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia da UNESP - Araraquara.

comuns, como a desregulamentação dos mercados, privatizações, abertura comercial e financeira, redução do tamanho e papel do Estado e acumulação de capital. Nele é necessária à remoção dos obstáculos locais para a livre circulação e mobilidade do capital, e por isso se acaba, progressivamente, deslocando as relações de poder dos estados-nação para organizações financeiras multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD)⁶, FMI, OMC (entre outras), que coordenam o sistema global e acabam realizando funções antigamente de responsabilidade dos estados nacionais. Esse modelo neoliberal, vigorosamente recomendado pelos norte-americanos (como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral) como uma proposta “modernizadora”, foi o adotado e incentivado pela maioria das elites políticas, pelos intelectuais e pela sociedade industrial, como ideal para a implantação de reformas na região. (BATISTA, 1994).

Foram formuladas dez áreas com elementos básicos á proposta neoliberal, para se por em ação e garantir o desenvolvimento e recuperação dos países da América Latina, que se encontravam em profundas crises econômicas:

1. Disciplina fiscal.
2. Redução dos gastos públicos.
3. Reforma tributária.
4. Liberalização financeira, com juros de mercado.
5. Regime cambial.
6. Abertura comercial.
7. Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições.
8. Privatização.
9. Desregulação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas).
10. Direito à propriedade intelectual.

⁶ Os países que controlam o Banco Mundial têm poder de voto proporcional ao valor investido no banco, são eles em ordem: Estados Unidos, Japão, Alemanha e Reino Unido, que decidem quais países pobres receberão de financiamento algo em torno de 20 bilhões de dólares, sob suas condições e regras. O fundo destinado a água e saneamento chega a 3 bilhões de dólares ao ano. (BARLOW, 2009, p.50).

Essas dez normas podem ser minimizadas em dois traços mais fortes, que buscam garantir a soberania do mercado auto-regulável: grande redução do papel do Estado e o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco.

O Consenso de Washington não tratou as questões sociais que afligiam densamente os países da região, como educação, saúde, distribuição da renda e eliminação da pobreza. As reformas sociais seriam uma decorrência natural da liberalização econômica iriam ocorrer naturalmente, sem precisar de planejamento, de acordo com as forças livres de mercado, de oferta e demanda, que autorregulam o sistema.

Já a origem do ideário neoliberal, da liberalização do mercado como opção única, é normalmente atribuída ao governo de Margaret Thatcher, em 1979, na Inglaterra, que posteriormente também foi adotado pelos Estados Unidos de Ronald Reagan, em 1980. (BARLOW, 2009). Como o mundo estava passando por uma forte recessão na década de 70, as economias capitalistas correram atrás de uma alternativa para voltar a crescer, produzir e diminuir a taxa crescente de inflação (CERQUEIRA⁷).

...todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. (ANDERSON, 1995, p.10)

O neoliberalismo é uma ideologia baseada na globalização, que também pode ser chamado de “fundamentalismo do livre mercado”. Sua ideia principal é que a liberalização é a chave para a maximização da taxa de crescimento e da riqueza do mundo. Nada deve restringir a acumulação de lucros sobre o capital, o acúmulo de riqueza é soberano e indiscutível, independente da forma de como essa riqueza será distribuída. É uma distribuição de vantagens para um pequeno grupo, a promoção de um desenvolvimento econômico extremamente desequilibrado. (HOBSBAWN, 2009).

Embora se reconheça no Consenso de Washington a democracia e a economia de mercado como objetivos que se complementam - e se reforçam, nele mal se esconde a clara preferência do segundo sobre o primeiro objetivo. Ou seja,

⁷

Prof. Adjunto (DCIS/UEFS). Mestre em Administração (UFBA).

revela-se implicitamente a inclinação a subordinar, se necessário, o político ao econômico. (BATISTA, 1994, p.10).

É um conjunto de normas hegemônicas, medidas e recomendações de política econômica e de política externa a ser seguida, semelhante em quase todos os países do mundo, uma ideologia que trata todos como iguais, mas não traz o mesmo resultado para todos que a seguem. Visualiza-se um aumento das desigualdades sociais, do desemprego, que atingiu com sucesso somente a pequena parcela de países ricos que o fundou e o impulsionou. (ANDERSON, 2006).⁸

O pensamento neoliberal já explicita como tendência básica e principal a diminuição do tamanho do Estado, da falência do Estado, que passa a ser visto como incapaz de formular política macroeconômica monetária e fiscal, um oposto e inimigo da sociedade civil, e por isso seria mais conveniente e eficiente transferir suas responsabilidades á organismos internacionais e instituições privadas. Segundo Milton Santos (2000, p.66), os condutores da globalização necessitam de uma nação flexível a seus interesses, e por isso a diminuição do poder do Estado não acontece realmente⁹, ele só se omite quanto aos interesses das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante. Já Boaventura (2002) diz ser contraditória e complexa a premissa de Estado fraco, pois o Estado tem de intervir para deixar de intervir, e ser forte para conseguir produzir com eficácia a sua fraqueza.

Os processos de mundialização do capital com sua ideologia neoliberal menosprezam as particularidades históricas sócio-econômicas de cada região e principalmente de cada nação. Não somente por isso, alguns intelectuais defendem o “derretimento” do conceito de Nação. (GENNARI, 2005, p.11)

⁸

Perry Anderson escreveu que a origem do neoliberalismo surgiu no texto “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, em 1944, depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte. Seu objetivo era “minimizar as intervenções do Estado, que diminuíam a liberdade de mercado, e enfraquecer os movimentos sindicais, que na época ganhavam força na luta por democracia e melhores condições de trabalho e bem-estar social (o famoso e eterno “vilão” do capitalismo, o comunismo) e dar novo impulso para o capitalismo voltar a crescer.” Seu primeiro uso foi em 1979, na Inglaterra, no governo de Thatcher.

⁹

O Estado tem de ser forte para se promover a sua desregulamentação, as privatizações e a drástica redução dos serviços públicos.

A escolha não deve ser se o estado deve ou não estar envolvido (na economia), mas como ele se envolve. Assim, a questão central não deve ser o tamanho do estado, mas as atividades e métodos do governo. Países com economias bem-sucedidas têm governos que estão envolvidos em um amplo espectro de atividades. (STIGLITZ, 1998, p.158).

Pode se, por fim, definir o neoliberalismo como uma ideologia, uma doutrina a ser seguida, de escala mundial, que criou um novo padrão social de acumulação. O modelo neoliberal apoia o domínio do sistema financeiro na economia e sua meta principal é a eficiência econômica do mercado, por isso a abertura completa do comércio mundial ocupa lugar de destaque nessa doutrina. Algumas de suas características principais são: o impulso às exportações, o investimento global (por agências financeiras multilaterais), políticas para reduzir a inflação e a dívida pública, o equilíbrio do balanço de pagamentos, a desregulação das economias nacionais e, com destaque neste trabalho, a privatização em massa, com a consequente redução do peso das políticas sociais no bolso do Estado, este que passa a ser um submisso às leis de mercado, um subordinado das poderosas instituições financeiras internacionais (FMI, OMC e Banco Mundial), que usam a lógica financeira em prol das empresas multinacionais dominantes. (SANTOS, 2000).

Perry Anderson fez um esclarecedor balanço, provisório (por ser uma doutrina ainda vigente), dos resultados do neoliberalismo, nos últimos 15 anos de sua atuação:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (ANDERSON, 2006, p.8).

1.2 Privatizações

O processo de privatização, que também pode ser chamado de desestatização, é o procedimento de venda ou concessão de uma empresa ou instituição do setor público (estatais) - que integra o patrimônio do Estado - para o setor privado, geralmente por meio de leilões públicos. Para Milton Friedman, seus objetivos principais são obter maior eficiência, reduzir despesas e gerar recursos.

Privatização e desregulamentação fazem parte de um amplo conjunto de reformas para melhorar a eficiência da economia, baseado na liberalização do mercado e na tentativa de solucionar as inúmeras falhas de empresas públicas, para alcançar o famoso desenvolvimento econômico. A sua velocidade e extensão são reflexos de convicções individuais e das circunstâncias dos países. Mais rápida e generalizada na América Latina do que na África ou Sul da Ásia, o processo de privatização também variou por setores. Privatizar foi a solução escolhida para salvar as economias de um possível colapso econômico, o mais cedo possível e na maior quantidade possível. São muitos os benefícios trazidos pelo processo, o que difere entre países e grupos de interesses. (WORLD BANK, 2005).

Workers and consumers could benefit through higher wages and lower product costs even where firms were sold too cheaply, but there is also evidence that the benefits have been greater when privatization has been transparent and conducted fairly (WORLD BANK, 2005 p.172)¹⁰

Mesmo estando muitíssimo presente da nova ordem econômica mundial, principalmente após o consenso neoliberal (Consenso de Washington) que incentivou a adoção de um modelo com várias regras (incluindo o processo de privatização com certa preferência) a ser seguido que aceleraria o desenvolvimento econômico nos países que o adotassem; o processo de privatização é datado de décadas atrás, tendo

¹⁰ A sessão “*Evidence from Market Economies*”(pg.172-175) relata os estudos feitos sobre os efeitos da privatização nos países mais desenvolvidos detalhadamente.

início no Chile de Augusto Pinochet, em 1973, e atingindo seu ápice na década de 1980 nos países desenvolvidos, como no Reino Unido sob o governo da primeira-ministra Margaret Thatcher. Estendeu-se com mais força, na década de 1990, à América Latina, onde foi incentivada pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, parte da estratégia recomendada pelo Consenso de Washington¹¹.

A implantação do regime neoliberal nos países subdesenvolvidos para a melhor integração regional e mundial, com o modelo baseado na tecnologia intensiva e no consumismo, trouxe fortes tensões estruturais e internas. Acirrou-se a competição pelo espaço como fonte de recursos primários e força de trabalho, como mercado e como reserva de valor. O processo de privatização de muitos setores produtivos nacionais é um reflexo da perda da soberania nacional e da autonomia dos Estados. (BECKER, 1983).

Em sua crítica as políticas adotadas pelo FMI nos países subdesenvolvidos, Stiglitz (2002) diz que a privatização pode até ser eficiente para reestruturar algumas entidades estatais, mas antes deve se fazer um planejamento de desenvolvimento mais abrangente, que dê prioridade em melhorar o bem-estar do país em questão com políticas macroeconomias para a criação de novos empregos, e não somente aumente a taxa de desemprego por despedir profissionais que ocupam cargos de baixa produtividade em empresas estatais. Portanto, no ponto de vista do autor, o problema é a ordem das prioridades, o FMI erra ao sustentar que é muito mais importante privatizar rapidamente para mais tarde tratar de questões como emprego, concorrência e regulamentação, afinal quando se privatiza um monopólio sem regulamentação, seu objetivo de maior eficiência econômica não é atingido, e os consumidores passam a ser prejudicados com o aumento de preços e, às vezes, com a diminuição de qualidade de um serviço antes ofertado pela, talvez ineficiente, gestão pública e agora produzido por um monopólio privado. Além disso, o autor duvida de fato na essência das

¹¹ No exemplo do Brasil, o governo do presidente Fernando Collor de Mello seguiu a risca as orientações delimitadas pelo Consenso de Washington, com políticas de privatizações e de liberalização econômica, além do confisco da liquidez para o combate da inflação. No ano de 1990 foi criado o Programa Nacional de Desestatização, através da Lei nº 8031/90. A conclusão foi que o processo de privatizações no Brasil não contribuiu para a melhor distribuição de renda nem para aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, não contribuiu para a dinamização da economia e para a melhoria do nível de empregos nos anos 1990, que praticamente dobrou. (Gennari, 2005).

privatizações, pois certas compras realizadas por alguns grupos privado detentores de capital e com interesses particulares (comumente relacionados à obtenção de lucros cada vez maiores) podem se transformar numa simples apropriação das riquezas do Estado, deixando a manutenção do "bem-estar" da população ou a riqueza do país como fator secundário ou mesmo extinto.

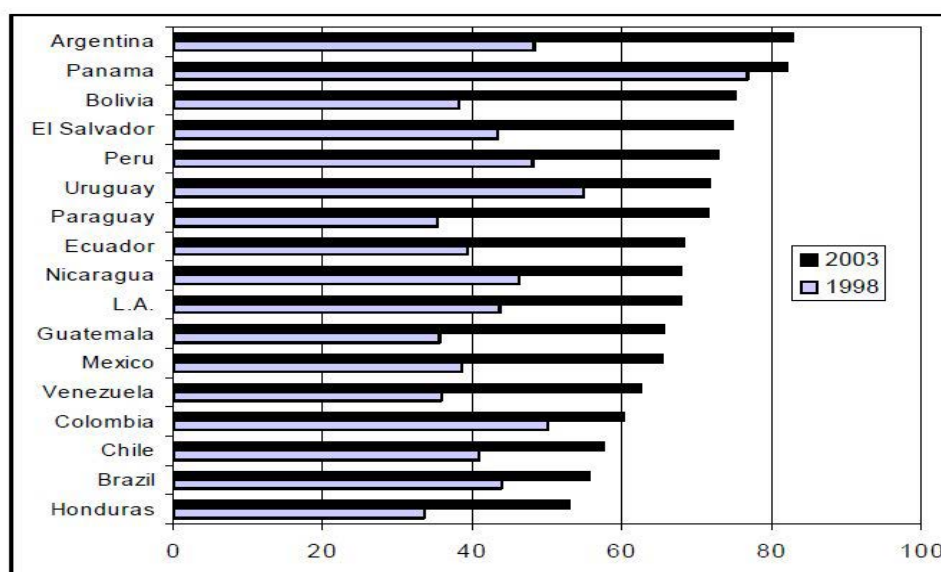
Sob um programa de reformas liberalizantes, políticas de privatização semelhantes foram postas em prática em particularidades díspares. (...) Entretanto, há algo de comum em todos os processos específicos de reformas neoliberais: a busca de recomposição do poder hegemônico das oligarquias rentistas globais num ambiente de crise geral do capitalismo. (GENNARI, 2005, p.11).

Nos países periféricos, a “estratégia neoliberal de desenvolvimento” privilegiou as forças de mercado e do capital financeiro internacional, apostando em uma política de abertura de mercados, de desregulamentação dos fluxos de capital e de flexibilização das relações trabalhistas. Privatizações, fusões e aquisições foram as chaves da estratégia, na qual quem detinha capital internacional se apoderou das maiores parcelas do setor produtivo de capital nacional. A mundialização do capital deve levar em conta a desnacionalização da economia (parte do processo de globalização), que acaba com a possibilidade de um desenvolvimentismo nacional autônomo; e a mudança do proletariado, pela criação de um grande exército industrial de reserva decorrente do aumento da população relativa, que resulta na precarização do trabalho e índices recordes de desemprego estrutural. (GENNARI, 2005).

A América Latina é região líder na atuação do setor privado em projetos de infraestrutura desde 1980 (telecomunicação, energia, transporte e água). Entre 1990 e 2001, investimento em projetos de privatização na América Latina e Caribe somaram 361 bilhões de dólares, o que representa 48% do total para os países em desenvolvimento. Podemos enxergar esse processo com a diminuição da participação das empresas estatais latino-americanas no PIB, que foi de 10% em 1985 para 5,5% em 1997. No início dos anos 2000, há um grande descontentamento público pela maioria da população dessa região com os resultados da privatização, e um declínio no

interesse dos investidores privados (figura 1). Existem também algumas pesquisas centradas no impacto das privatizações sobre o equilíbrio fiscal, bem-estar social, preços e emprego. Até hoje, mesmo tendo passado por fases conturbadas de crises econômicas no fim dos anos 90, o resultado da privatização foi positivo na estabilidade fiscal, neutros a positivos sobre o bem-estar e os resultados sociais, e negativo nos salários, preços (que chegaram a dobrar nos casos de privatização por causa dos preços subsidiados, para atrair investimentos necessários e melhorar a qualidade) e no emprego. David Martimort e Stéphane Straub construíram um modelo estatístico para analisar como a propriedade pública e privada afetam políticos corruptos a fechar contratos paralelos com firmas. A conclusão final foi de que a passagem para a propriedade privada das principais indústrias reguladas provavelmente resultará numa situação caracterizada tanto pelo aumento de investimento e da eficiência, como pelo aumento da corrupção. (MARTIMORT e STRAUB¹², 2006).

Figura 1 - Porcentagem de pessoas que não concordam que as privatizações tragam resultados benéficos para seus países.



Fonte: Latinobarometro 2001 e 2003¹³.

¹² Acadêmicos da Institut Universitaire de France e Universidade Edinburgh, respectivamente.

¹³ Latinobarometro é uma pesquisa de opinião pública realizada anualmente em vários países latino-americanos desde 1995, disponível em www.latinobarometro.org (visto em 2005).

O Banco Mundial (WORLD BANK, 2005) também declarou que muitos estudiosos questionam se as privatizações já não tenham chegado ao seu limite. A insatisfação atual não está limitada a poucos países, em uma pesquisa conduzida em 2002 em 17 países da América Latina, dois terços dos entrevistados consideraram que "a privatização de empresas públicas não foi benéfica" (43% a mais do que na mesma pesquisa em 1998).

Dentro dessa gama de privatizações, a gestão de recursos naturais tem um papel de destaque por sua administração ser normalmente atribuída a entidades transnacionais de países desenvolvidos poderosos. Além das políticas econômicas, se pôs em dúvida se o Estado teria condição de administrar os recursos naturais do seu território, principalmente se fossem vistos por fora como um "patrimônio da humanidade". Os recursos naturais estariam sujeitos a, no mínimo, um regime de cogestão, com participação de organismos multilaterais e de organizações não governamentais dos países desenvolvidos. (BATISTA, 1994). Posteriormente, no capítulo (2), teremos exemplo real dessa situação com a descrição da revolução popular boliviana na cidade de Cochabamba, na qual um país subdesenvolvido¹⁴ teve a gestão do seu sistema de distribuição hídrica privatizado por um transnacional, e sofreu com o aumento de taxas e imposições do contrato, o que procedeu na eclosão de tensões e conflitos internos relacionados as privatizações. Além disso, as instituições financeiras mais poderosas e influentes do mundo (FMI, Banco Mundial) incentivam essa prática.

Em relação aos recursos hídricos, o Banco Mundial não só incentiva como condiciona o financiamento de projetos hídricos, e em troca exige cumprimento de algumas condições para a liberalização do mercado de bens e serviços. Assim, os serviços de abastecimento de água e saneamento básico deixam de ser uma obrigação do Estado para com os cidadãos (que sempre teve como principal obrigação o bem-estar de sua população, e para isso deveria garantir condições dignas de vida a estes), e tornam-se serviços a serem geridos diante a lógica econômica do mercado, sob o argumento de que a escassez dos recursos naturais somente pode ser contornada pelo controle da demanda através do preço. Assim, o Banco Mundial prescreve que a

¹⁴ A grande maioria dos países subdesenvolvidos tem sua economia baseada na extração de recursos naturais, portanto, a perda de soberania deles em relação à administração de seus recursos naturais tem uma importância ampliada em comparação aos países de primeiro mundo.

administração privada é mais eficiente do que a administração pública (BANCO MUNDIAL, 1993, p. 15-30). São criados grande projetos, as vezes financiados com recursos públicos, mas principalmente pelas condições de empréstimos do Banco Mundial, que beneficiam construtoras e indústrias poderosas, projetos chamados de “parcerias público-privadas”, principalmente por utilizar fundos públicos na privatização de bens públicos. Além do problema de se colocar uma restrição a bens que são por direito da população, quando se privatiza sistemas de distribuição de bens públicos se diminui a quantidade de empregados para atender a essa mesma função (acúmulo de várias funções a um mesmo trabalhador para o aumento do lucro), como exemplo temos as gestões locais de água e saneamento, nas quais sistemas públicos empregam cinco a dez funcionários a cada mil conexões de água, já empresas privadas empregam de dois a três. Pode se enxergar isso como um aumento da eficiência do mecanismo de distribuição, e que por isso seria palpável um aumento do preço desse serviço, mas pensando em um país pobre, o desemprego de uma parcela da população, que aumenta a situação de miséria, e a dificuldade que parte expressiva da população enfrenta em adquirir um bem essencial à vida, não parece atender as necessidades prioritárias do país em questão, muito pelo contrário, só agrava problemas enraizados. Além disso, usar as privatizações como desculpa a uma administração ineficaz dos serviços do setor público não é coerente, pois as privatizações tem um histórico de riscos e fracassos. (SHIVA, 2006).

2 A Guerra Do Ouro Azul Em Cochabamba

2.1 Breve Histórico da Bolívia

O Estado Plurinacional da Bolívia, cuja capital é La Paz, se localiza no continente sul americano. A origem do nome Bolívia veio de Simón Bolívar, uma homenagem ao venezuelano responsável pela independência do país (da Espanha, no dia 6 de agosto de 1825). A Bolívia apresenta uma população bastante variada em termos étnicos, sendo palco recorrente de conflitos separatistas. Sua população de 10.118.000 habitantes, que triplicou nos últimos 60 anos, é de origem majoritariamente indígena: aproximadamente 80%, dos 20% restantes, metade é de origem europeia e a outra metade é de origem mestiça. Esta diversidade também se reflete nos idiomas oficiais do país, que são o quíchua, o aimará e o espanhol. A Bolívia sempre dependeu dos lucros obtidos a partir de seus recursos naturais, sendo hoje o gás natural boliviano o produto de maior lucratividade e destaque no mercado internacional para o país. O comércio deste bem não renovável representa grande parte de seu PIB, eleito como um dos menores entre os países da América do Sul. É um dos países mais pobres e menos desenvolvidos da América Latina e, conforme o FMI, dois terços (70%) da sua população vive abaixo da linha de pobreza. A renda per capita é de cerca de \$ 950. (PUBLIC CITIZEN, 2001).

Bolívia tem um histórico castigado de exploração, revoluções e falta de recursos financeiros para melhorias à população. O país sempre teve dificuldades em explorar suas riquezas e recursos naturais, por essa falta de infraestrutura, capital, tecnologia e investimentos. Começou com a prata, gás natural, petróleo e finalmente, os recursos hídricos, que podem ser vistos como prioridade nos conflitos. (PFRIMER, 2009).

2.2 Cochabamba

Figura 2 - Os departamentos da Bolívia



Fonte: www.katari.org/bolivia/bolivia.htm

Cochabamba, apelidada de “coração da Bolívia” (Goodman, 2010¹⁵) pelo atual presidente Evo Morales¹⁶ é uma cidade localizada no centro do país, no Vale Central de Cochabamba. Após a revolução de 1952, por sua posição estratégica, se tornou polo do plano de integração nacional¹⁷ entre porção ocidental e oriental do país, atraindo forte corrente migratória, que levou ao adensamento urbano e consequente crescimento

¹⁵ Amy Goodman é apresentadora de "Democracy Now!", noticiário diário que se apresenta por rádio e televisão ingleses e espanhóis.

¹⁶ Descendente de índios bolivianos, eleito em 2005 com a promessa de tirar o país da pobreza extrema.

¹⁷ O esforço, que já ultrapassa 50 anos, de transformar radicalmente o Vale Central de Cochabamba em polo de integração nacional, modernizando o, é grande responsável pela série de conflitos e tensões na região. Forma atraídos investimentos federais pesados na região.(PFRIMER, 2009).

populacional da cidade. (PFRIMER, 2009). Com 600.000 habitantes em uma área de 322 km quadrados, é a terceira maior cidade Boliviana e é a capital do departamento com seu mesmo nome. Também é conhecida como “Cidade Jardim” por apresentar uma extensa área verde, como o *Parque Nacional del Tunari*, a lagoa Alalay e a serra de San Pedro. Seu clima é semiárido, com chuvas só no verão e seca no inverno, o que também pode se responsabilizar por uma pequena parte do eterno problema de escassez de recursos hídricos na região, que em conjunto com fatores indispensáveis como a falta de recursos técnicos e financeiros para montar a infraestrutura necessária e o acesso desigual aos recursos hídricos, acabam ocasionando a gestão e distribuição totalmente ineficiente e precária de água desde o início do século XX. (PFRIMER, 2008).

A cidade é reconhecida mundialmente por ter presenciado um importante episódio no contexto geopolítico neoliberal da luta do povo pela busca por direitos humanos mais justos. A “Guerra da Água” boliviana, massivo e extenso processo de mobilização popular, pode ser vista como a primeira de um ciclo de protestos de ação coletiva da sociedade contra os problemas trazidos pela globalização aos países pobres e emergentes, definindo uma nova forma de resistência e revolução popular que se consagrou como a primeira do século XXI, vitoriosa (por alcançar o objetivo principal da luta), além de também se tornar um grande marco e exemplo para as posteriores manifestações da sociedade civil contra abusos aos direitos básicos humanos. (KRUSÉ¹⁸, 2005).

Matheus H. Pfrimer (1999) elaborou tabelas de acordo com um estudo econométrico anterior, realizado por Hauge e Ellingsen no ano de 1998, que mostram a relação existente entre a degradação ambiental e a eclosão de conflitos. Neste estudo, se comprova que o histórico de conflitos por causa da situação econômica e política de um país, apresentado na Bolívia, é a variável mais determinante para a eclosão de guerras armadas internas, diferente de guerras civis, que dependem mais da degradação ambiental em si. Empiricamente, fatores econômicos, político e históricos se mostram mais relevantes na explicação de conflitos que os fatores ambientais, isso é, a relação de poder é determinante na eclosão de rebeliões populares. Com base neste estudo, a conclusão é de

¹⁸ Investigador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Laboral e Agrário (CEDLA), em La Paz. Pesquisador norte-americano que vive em Cochabamba e foi um conselheiro ativo para a Coordenadora.

que a disputa econômica e política pelo recurso hídrico, aliada ao contexto histórico do país, foram mais responsáveis pela “Guerra Da Água” que a própria escassez do recurso.

Tabela 1 - Probabilidade de ocorrência de guerras civis quando fatores de risco são acrescentados (período entre 1980 e 1992).

Variável independente	Probabilidade de guerra civil (%)		
	Desmatamento	Altos níveis de degradação do solo	Baixa disponibilidade de água doce
-	0,47	1,35	0,66
Alta densidade populacional	0,66	1,91	0,93
Alta desigualdade na renda	1,21	3,46	1,70
Pobreza	8,02	20,26	10,91
Semi-democracia	15,45	34,76	20,43
Instabilidade política	19,31	41,10	25,16
Histórico de conflitos	98,73	99,56	99,13

Fonte: Matheus Hoffman Pfrimer, (1999, p.134).

Tabela 2 - Probabilidade de ocorrência de conflitos armados quando fatores de risco são acrescentados (período 1980 e 1992).

Variável independente	Probabilidade de conflito armado (%)		
	Desmatamento	Altos níveis de degradação do solo	Baixa disponibilidade de água doce
-	4,36	8,32	3,84
Alta densidade populacional	6,60	12,34	5,84
Alta desigualdade na renda	11,51	20,59	10,25
Pobreza	29,32	45,27	26,70
Semi-democracia	50,74	67,26	47,50
Instabilidade política	61,78	76,33	58,66
Histórico de conflitos	98,03	99,00	97,77

Fonte: Matheus Hoffman Pfrimer, (1999, p.135).

2.3 O Enraizado Problema Hídrico

Da década de 1950 até o início 1980, os governantes que passaram pela Bolívia buscaram implantar medidas "estruturalistas" para tirar o país da pobreza, mas a economia boliviana não respondeu nem um pouco bem a essas medidas, então, os programas de ajustamento estrutural criado pelo Banco Mundial e pelo FMI, por fim, entraram em colapso no ano de 1981, trazendo junto com si seis anos consecutivos de crescimento econômico negativo. (PUBLIC CITIZEN, 2001). Desde 1985 o cenário mudou relativamente, e a Bolívia vem sofrendo experiências neoliberais, o Banco Mundial interferiu e implantou um programa de estabilização que liberalizou os preços, restaurou a estabilidade financeira e reduziu a inflação, fazendo o crescimento econômico ficar positivo desde 1987, porém essas políticas trouxeram um efeito social negativo aos mais pobres. (PUBLIC CITIZEN, 2001). Nesse novo cenário, o mercado é prioridade e sua eficiência é regra absoluta, o Estado tem lugar de espectador, deixando de lado as suas responsabilidades básicas, como diminuição da pobreza e desigualdade em um país que precisa muito de ajuda. (PFRIMER, 2008; DE LA FUENTE, 2000).

Em 1999 o país era regido por um governo que continuava a seguir o plano de reformas econômicas para os países subdesenvolvidos da América Latina, firmadas no Consenso de Washington (realizado em 1989) pelas instituições financeiras dominantes, o FMI o Banco Mundial e o BID. Nesse encontro realizado na cidade de Washington (EUA), a maioria concordou em usar a proposta neoliberal recomendada veementemente pelo governo norte-americano, como um meio modernizador, que traria vantagens imediatas ao setor dominante da economia.

O problema da água vem sendo base de vários conflitos locais e globais, e a Guerra da Água boliviana é um exemplo claro das tensões geradas pela globalização, que aposta na proteção da intervenção intensa estrangeira pelas instituições financeiras internacionais: empresas transnacionais estrangeiras em busca de lucro se instalando em países com indústrias recém-formadas, com mercados recém-criados; instituições mundiais financeiras a serviço de criação e exploração desses mercados; um Estado totalmente moldado pelas

normas das instituições que soluciona um problema intrincado interno, a água, com a famosa medida mais incentivada pelo FMI e o neoliberalismo: privatizar. (KRUSE, 2005).

A escassez de recursos hídricos da região de Cochabamba e a desigualdade na sua distribuição são heranças profundas e históricas, advindas dos antigos regimes das *haciendas* espanholas no período colonial, que ocorreu entre 1575 a 1825, passando pelo regime republicano e chegando ao século XXI, que adicionou o aumento populacional (entre 1976 a 2001, a cidade praticamente triplicou sua população) da cidade e a expansão urbana desenfreada para expandir o então caos, já estabelecido. (PFRIMER, 2008).

Tabela 3 - Projetos aplicados e oferta líquida potável por fontes de água (1825-1950)

Ano	Fonte	Litros/ Dia	Litros/ segundo	População	Litros/ pessoa
1825	Sistema de bebedouros.	380.000	4.3	20.000	5
1896	Vertentes de Arocagua				
1926	. Idem	190.000	4.3		
	. 19 poços Arocagua (10 m. profundidade)		2.1	30.000	19
1938	. Idem.	190.000	6.4		
	. 2 galerias filtrantes (Wara Wara, Tirani)		2.1	35.000	19
1943	. Idem	1.370.000	8.5		
	. Laguna Chapisirka				
			0.016	71.402	30
	. Reforços: Sist. De irrigação: San Juan Wara Wara, Sayt'u Cocha y Lagum Mayu				

Fonte:(FERNANDEZ QUIROGA, 2004, p.10)

O Projeto Misicuni foi um plano para trazer uma fonte de água adicional para Cochabamba e seus arredores, um plano ambicioso, elaborado e muito caro de construir barragens de armazenamento da água da chuva junto com um túnel que transportaria a água através de uma montanha e um aqueduto que levaria água pra cidade, o projeto foi proposto e reproposto por três diferentes presidentes, inclusive era pauta das promessas de Hugo Banzer, presidente eleito em 1997, mas não chegou a ser posto em prática. (VON DER PORTEN, 2007).

Em meados de 1960, o BID financiou a criação do SEMAPA, Serviço Municipal de Água Potável e Esgoto de Cochabamba, que perfurou diversos poços para solucionar o problema de falta de água (PFRIMER, 2008). Nos anos de 1965 a 87 ocorreram conflitos, popularmente chamados de “Guerra dos Poços”, já mostrando a debilidade do controle dos

recursos hídricos e a forte presença popular quando se tratava de seus direitos sobre recursos humanos básicos (ASSIES, 2003). No ano de 1992 quase a metade da população urbana de Cochabamba não era abastecida com água potável (INE, 1992), dentro de uma população que totalizava 407.825 mil habitantes, uma população crescente advinda da expansão urbana desordenada, precariamente abastecida pelo aprovisionamento de água deficiente, acabava perfurando poços clandestinos, que acabaram por degradar e contaminar os lençóis freáticos da região.¹⁹ A situação crítica era gritante. No mesmo ano que se decidiu privatizar o sistema de abastecimento de água, 1999, a deficiente rede de fornecimento cobria menos de 60% da população, e o resto, que era praticamente a metade (principalmente os mais pobres), era abastecido com os sistemas auto-gestionados²⁰ ou pelos *aguateros*, caminhões com cisternas que vendiam água por litro a preços altíssimos para a população carente que sofria com a falta de água. Cochabamba sofria com a escassez de fontes de água e dependia muito de fontes subterrâneas e de perfurações de poços²¹. Nos últimos 20 anos foram perfurados mais de 400 poços na cidade. (KRESPO e FERNANDEZ, 2001).

Além dos muitos problemas, ainda existia o problema municipal interno de relações de poder e desigualdade entre a população, como exemplo a SEMAPA usava uma política de discriminação econômica para sua regulação da distribuição da rede de abastecimento de água até, restringindo apenas aos bairros centrais o fornecimento integral de água pela rede (24 horas por dia). Não havia interesse por parte da SEMAPA de estender as suas conexões para a zona sul, porque isso implicaria racionar água aos setores urbanos mais ricos. (PFRIMER, 2008). Além do problema histórico da falta de disponibilidade natural de água e a péssima qualidade do sistema de abastecimento da cidade, o problema da água deve ser entendido do ponto de vista social, pois quem acaba sentindo os males das falhas da distribuição são os pobres, sem condição de viver em uma área privilegiada com saneamento e fornecimento, o problema da água é totalmente relacionado às desigualdades

¹⁹ Para se aprofundar no assunto, no artigo de Matheus H. Pfrimer, 2008 “A Guerra da Água em Cochabamba Bolívia: a desconstrução de um conflito” é explicado detalhadamente o histórico problema hídrico da região de Cochabamba.

²⁰ Para sobreviver com a falta de abastecimento hídrico, as comunidades mais pobres criaram esse sistema, que chega a atingir 20% da população.

²¹ Um poço precisa estar a 20 metros da fossa, com profundidade superior a 40 metros, pra poder atingir o lençol freático e retirar água seja potável, além disso, o poço deve estar a no mínimo, 1000 metros longe do mar para evitar a contaminação da água pelo sal marinho.

sociais, o que pode ser comprovado no quadro feito por uma pesquisadora dos problemas da água da cidade: os pobres, que são a maioria da população, tem menos acesso à água e pagam mais. Nesse ponto o problema da água deve ser visto como político, por trazer desigualdade na sua formação passa a ser base de conflitos sociais. (KRUSÉ, 2005).

Tabela 4 - Cochabamba: uma síntese da desigualdade: conexões, consumo e gasto em água, e indicadores de qualidade de vida em 1996

	Boa	Regular	Ruim	Total
Número de conexões	18.695	19.884	7.688	46.267
% do consumo	48%	38%	14%	100%
Consumo doméstico				
Por casa (litros/dia)	731	430	125	429
Por pessoa (L/dia)	165	99	22	95
Gasto médio (mês)	2.500	814	576	1.130
Custo médio da água	26, 09	26,01	39,23	30,4
Gasto médio da renda em água(%)	1%	3%	7%	3%
Expectativa de vida(anos)	67	57	47	58
Mortalidade infantil (mortos por 1000 nascidos)	45	105	146	97

Fonte: Ledo 2001, elaboração da autora com base de dados da SEMAPA de 1996 e do Censo Nacional de 1992.

Por ser um país pobre (com uma dívida externa de 4.800 bilhões de dólares em 1998), a Bolívia precisava de empréstimos externos para se desenvolver e renegociar sua dívida, por isso agiu de acordo com as condições particulares estabelecidas pelo banco mundial e o FMI ["programas de ajuste estrutural" (SAP'S)], afinal a missão defendida pelo Banco Mundial é "a redução da pobreza global e a melhoria dos padrões de vida" nos países pobres. Em nome da eficiência econômica, no dia 25 de agosto de 1998, o Banco Mundial, o FMI e as autoridades bolivianas prepararam um documento descrevendo um quadro político pretendido para o país, chamado "*Enhanced Structural Adjustment Facility (ESAF): Policy Framework*", para atingir o período de 1998 a 2001 (PUBLIC CITIZEN, 2001), que incluía:

1. Intensificação dos programas sociais com os gastos para a educação e o desenvolvimento rural e social.
2. Metas para o aumento dos gastos em cuidados de saúde.
3. Promoção do desenvolvimento da agricultura.
4. Habitação e serviços básicos, incluindo o aumento do acesso à água potável.
5. Descentralização fiscal e melhor coordenação entre os níveis de governo.
6. A intenção de "privatizar todas as restantes empresas públicas".

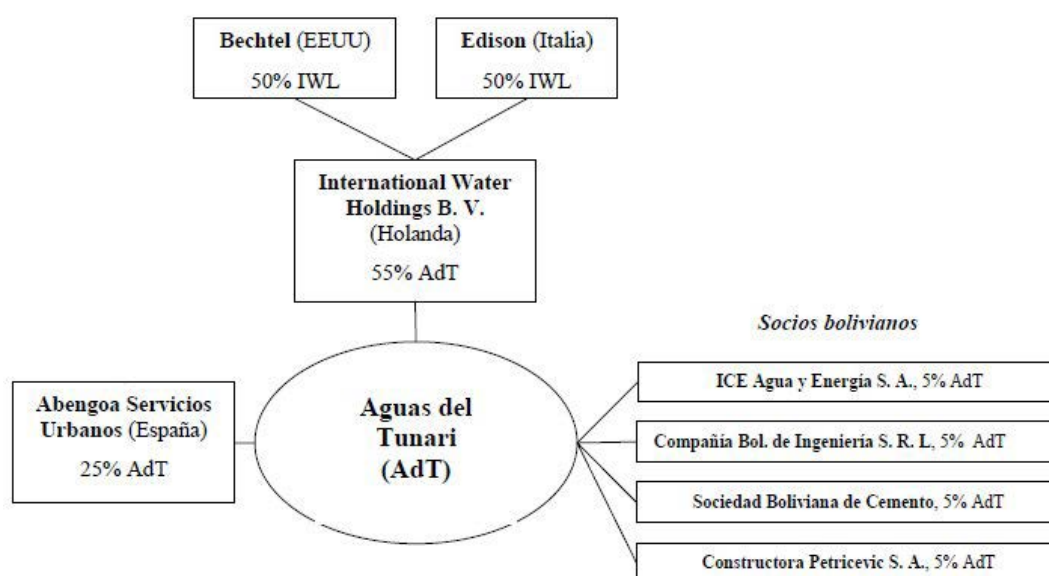
Para empréstimos, ajuda, e perdão da dívida, as autoridades bolivianas venderam muitas de suas empresas públicas para os investidores internacionais, incluindo a companhia aérea nacional, empresas de energia elétrica e o serviço nacional de trem, sempre pressionadas pelas autoridades financeiras internacionais. (PUBLIC CITIZEN, 2001). Em 1996, oficiais do Banco Mundial prometeram ao prefeito de Cochabamba um empréstimo de \$14 milhões de dólares para expansão do serviço de água e, no ano seguinte, os mesmos oficiais do Banco melhoraram a proposta, adicionando o perdão de uma dívida de \$600 milhões de dólares, tudo dependendo da aceitação do acordo de a privatização do fornecimento água da cidade. (SHULTZ, 2005). Seguindo essas recomendações e cedendo aos privilégios da pressão interna, o presidente Hugo Banzer, resolveu solucionar este problema histórico e constante da cidade, de uma forma economicamente eficiente e mais cômoda, privatizando o sistema de abastecimento e distribuição da água, tirando de suas mãos as difíceis obrigações que este problema enraizado requeria, sem se importar com o fato de que a população, tanto rural como urbana, não teria condições de arcar com o aumento expressivo do preço do serviço. (VON DER PORTEN, 2007).

De acordo com John Briscoe, assessor sênior da água no Banco Mundial, "(...) há um custo associado com o fornecimento de serviços como abastecimento de água ou irrigação. Tal como acontece com outros serviços, os usuários devem pagar o custo desses serviços para garantir, entre outras coisas prestação de contas aos usuários e sustentabilidade financeira". (VON DER PORTEN, 2007, p.4).

Em meados de 1999 começaram as negociações para se concretizar a parceria boliviana com os “amigos externos” e finalmente finalizar a privatização do SEMAPA (Sistema Municipal De Abastecimento De Água E Esgoto). No dia 3 de setembro de 1999

foi firmado contrato entre o presidente e a corporação americana Bechtel, onde foi oficialmente oficializada a criação da empresa multinacional “Aguas del Tunari”(AdT), uma joint-venture, um consórcio empresarial dominado pela subsidiária da Bechtel *Corporation a International Water Ltd.* (no fim de 1999, a empresa italiana *Edison S. p. A.* adquiriu 50% da IWL, sendo responsável por 27,5% das ações da Aguas del Tunari), sócia majoritária que ficou com 55,5% das ações, associada com quatro empresas bolivianas: *Construtora Petricevich*, *Sociedad Boliviana de Cemento*, *Compãnia Bol. De Ingenieria* e *ICE Aguas y Energia* (5% cada), e a espanhola *Abengoa Servicios Urbanos*, com 25% das ações. A participação empresarial boliviana no consórcio era mínima (20%).

Figura 3 - Estrutura acionária “Águas Del Tunari”
Estructura accionaria, “Aguas del Tunari”



Fonte: Thomas Krusé, 2005, pg.99

A *Bechtel Corporation from EEUU*²², que na época ainda era novata no mercado hídrico, era experiente e influente no setor de construção e engenharia, sendo considerada a sexta maior empresa americana em recursos privados de mundo, reconhecida mundialmente por suas políticas agressivas e desumanas, foco de continuas críticas dos

²² Bechtel Corporation (Bechtel Group) é a maior empresa de construção e engenharia nos Estados Unidos e a quinta maior empresa norte-americana em patrimônio privada dos EUA (de acordo com o Forbes 2011).

ambientalistas. Em 2001 ela fundou uma subsidiária chamada *International Water Limited*, para tomar conta dos lucrativos negócios relacionados ao novo mercado da água. Além disso, Bechtel contava com a ajuda dos dirigentes do governo norte-americanos e a simpática cooperação internacional das instituições financeiras, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que criaram e aceleraram condições para que a Bolívia estivesse preparada para receber, de braços abertos, as intervenções externas das transnacionais e os projetos de privatizações, financiadas pelas instituições financeiras, com a desculpa de apoiar o desenvolvimento do setor privado, as instituições financeiras ditavam as regras do jogo de acordo com seus interesses de mercado. (KRUSE, 2005).

Em 1996 o Banco Mundial condicionou um empréstimo de 14 milhões de dólares para a operadora local de água em Cochabamba, SEMAPA, para a sua privatização, e em 1997, o FMI, BM e BID condicionaram uma remissão de 6 milhões para, entre outras coisas, a privatização da SEMAPA.” (KRUSE, 2005, p.92).

O contrato seria firmado por um período de 40 anos e prometia um retorno de 15 a 17% sobre os investimentos por ano para a empresa, além de garantir que as taxas de água aumentariam de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor dos EUA. O contrato foi feito sem competição alguma, com somente um licitante, o que significava a impossibilidade de se escolher os melhores custos e serviços entre as companhias, mais um ponto mal visto pela população, que acusou o governo de dar o privilégio do monopólio para a empresa Bechtel. (VON DER PORTEN, 2007). Para legalizar o contrato das Aguas Del Tunaria, foi promulgada, no dia 20 de outubro de 1999, a lei 2029 de “Serviços De Água Potável e Esgoto” (saneamento básico), “Ley das Águas”²³, que viabilizava a concessão de monopólios e licenças na distribuição de água de certas regiões para “*Entidad Prestadora de Servicios de Agua Potable y Alcantarillado Sanitario*” (entidades prestadoras de serviços de água potável e esgoto) que seriam quaisquer instituições com personalidade jurídica²⁴, mas nas condições de outorga das concessões era clara a preferência dada as grandes concessionárias privadas que dominavam o mercado. A lei, em

²³ Ley da 2029 de Agua Potable y Alcantarillado Sanitario.

²⁴ Ex: empresas públicas municipais, empresas privadas, corporações, cooperativas, organizações civis (ONGs) ou comunidades campesinas e indígenas.

resumo, legalizava as privatizações e formalizava as regras das atividades de investimento para os estrangeiros. (ASSIES, 2003). Situações como essas são comumente relacionadas à políticas baseadas fortemente no padrão de intervenção externa, com o Estado visando atender aos interesses pessoais individuais ou apenas de um pequeno grupo de pessoas, em vez de se orientar pelos interesses, necessidades e direitos da população como um todo. (PFRIMER, 2008). Outro aspecto do contrato era a "dolarização" das contas de água. As pessoas pagariam suas contas na sua moeda local, os bolivianos, mas se a moeda nacional caísse, perdesse valor em relação ao dólar dos EUA, os clientes teriam que pagar os acréscimos. O consórcio garantia lucro, independente da qualidade do serviço, para Águas del Tunari, que definia as tarifas de água pelo preço que consideravam necessário, para receber financiamento de bancos nacionais e internacionais (VON DER PORTEN, 2007).

Já no começo da aliança, no mês de janeiro, a empresa mostrou sua estratégia de gestão, aumentando drasticamente as tarifas sobre água, em alguns casos extremos por mais de 150% (ASSIES, 2003), o participante da guerra Rogélio Cruz disse que o preço da água vendida nos caminhões (*aguateros*) sofreu um aumento de 3 para 5 pesos boliviano²⁵ por metro cúbico (CRUZ, 2006), isso tudo sem trazer nenhuma contraproposta de investimento para o país, ou mesmo para a cidade. A população, na grande parte abaixo da linha de pobreza, teria de direcionar um quarto da sua renda mensal para obter água (mais ou menos 2 dólares por dia, o salário mínimo das famílias bolivianas é inferior a US \$ 1.000 por ano). (SEYMOUR, 2002). “Numa cidade onde o salário mínimo é inferior a 100 dólares por mês²⁶, as contas de água chegavam a 20 dólares mensais, quase o custo necessário para alimentar uma família de cinco pessoas durante duas semanas.” (SHIVA, 2006).

De acordo com a Bechtel Corporation, foi a demanda do governo forçou a cobrança de taxas de água maiores que a estrutura tarifária que eles teriam usado, alegam que a comitê de negociação do governo insistiu que a barragem Misicuni deveria ser construída nos dois primeiros anos do contrato, que Aguas del Tunari iria pagar as dívidas da atual

²⁵ Um Boliviano custava cerca de 15 centavos de dólar na época..

²⁶ Thomas Krusé diz em seu capítulo do livro “Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina” que o salário mínimo dos bolivianos, na época, era de, na média, \$60 por mês. Portanto gastar de 10 a 15 dólares por mês em água pode significar direcionar 5 a 10% da renda mensal para o consumo de água.

companhia de água estatal SEMAPA, sendo impossível continuar com os níveis anteriores de taxaço. (VON DER PORTEN, 2007).

Muitas famílias cochambinas disseram que, embora eles não tivessem mudado o seu consumo nesses meses, suas contas de água indicaram que eles estavam usando significativamente mais água. Algumas contas de água indicaram que o consumo tem aumentado de 5 metros cúbicos para 20 metros cúbicos por pessoa em um mês. (VON DER PORTEN, 2007, p.5).

Além do preço inviável, foi proibida a acumulação de água da chuva para o consumo, e poços domésticos (agricultores, acostumados com a escassez, construíam fontes de água nas suas comunidades, herança dos costumes da cultura andina) foram destruídos e decretados como proibidos, graças a Lei 2029, que dava a exclusividade dos recursos hídricos às empresas privadas e públicas, o que significava tornar ilegais os canais de irrigação e poços artesanais construídos há anos, tanto pelos camponeses como pela população pobre localizadas nas áreas urbanas. (CRESPO ET AL, 2004, p. 90; Manuel de La Fuente, 2000). A população já começou a se indignar, em vista que essa parceria seria prejudicial aos interesses deles e da região em questão, historicamente castigada e cansada pelo déficit hídrico (“*frustación eterna*”, como disse Thomas Krusé, pg.94). Em uma reportagem na revista Eco debate, escrita por Vinicius Mansur em 2010, se diz que o consórcio da Bechtel prometeu um investimento de 300 milhões de dólares para resolver os problemas de abastecimento da cidade, porém o projeto foi assinado destinando para isso apenas 10 mil dólares de capital, em sua ata de fundação. Em vista a essas atitudes aprovadas pelo Estado, o interesse em firmar alianças externas com propósito de melhoras para o povo era difícil de ser aceito, e até mesmo de existir, as tantas vantagens advindas da negociação não chegavam perto da população, e grande parte delas, em estado de miséria e pobreza, sofria com o afastamento cada vez maior dos seus direitos humanos básicos mínimos, direitos vitais.

“(...) mas dessa vez a população cochambina, cansada da corrupção e das negociações, se mobilizou sólida e decididamente. No futuro, o Governo tem que ser mais sério, velando firmemente os interesses da população” (DE LA FUENTE, 2000, tradução própria).

A população então começou a se movimentar, em meados de janeiro do ano de 2000, o comitê cívico²⁷, *La Coordinadora*, a “Coordenadora da Defesa da Água e da Vida”²⁸(criada no dia 12 de novembro 1999), e outras instituições se reuniram para reivindicar mudanças na lei 2029, bloqueando a cidade de Cochabamba essa mobilização durou 3 dias (11 a 13 de janeiro de 2010) e foi encerrada com a garantia do governo de revisar a lei e as tarifas. (CECÊNA, 2002). Coordenadora, instância cidadã formada por representantes do sindicato dos trabalhadores das fábricas locais, irrigadores e fazendeiros, grupos ambientalistas, economistas, membros progressistas do Congresso e um vasto grupo de organizações e associações de base, dirigiu as mobilizações e aglutinou todos os setores de Cochabamba, teve papel fundamental de destaque nessa luta, por ser a responsável pela mobilização popular pelo seu diálogo honesto com a massa e a força que exercia sobre eles. (SHULTZ, 2005). Pela falta de resposta do governo e sua insistência em apoiar a intervenção externa, no dia 4 de fevereiro, os manifestantes resolveram abandonar de vez as negociações que não estavam trazendo resultados e soluções e tomar uma atitude mais imediata, convocando uma grande manifestação popular pacífica pelas ruas. (KRUSE, 2005). Em um mais ou menos um mês, reuniram milhões de bolivianos, que marcharam até a cidade de Cochabamba para mostrar a indignação popular geral, fazendo greve geral e parando todos os meios de transporte, exigindo a proteção dos direitos universais à água. (SHIVA, 2006).

A reação do governo perante a resposta de indignação popular foi extremamente severa e violenta. A manifestação não foi autorizada e declarações de aviso de que não seria tolerável qualquer tipo de marcha popular na cidade foram enviadas pelo ministro do governo (na época, Walter Guiteras) ao povo. A polícia saiu às ruas um dia antes da manifestação para rodear os locais estratégicos de possível encontro e as casas, de moto, para dar um ar de apreensão na população, de aviso que as forças armadas estavam por dentro da situação e que não seriam amigáveis ao tentar impedi-los. Reforçaram a defesa, chamando policias civis e militares de cidades vizinhas para se aumentar à tropa. Mesmo com cenário de ameaças e intimidação, o povo saiu de suas casas, para lutar com mais

²⁷ Comitê Cívico é um agrupamento de organizações que se dedicam a elaborar e aplicar projetos regionais, o núcleo do comitê está nos grupos empresariais dominantes da localidade em questão, Cochabamba.

²⁸ (*Coordinadora Del Agua y la Vida*)

vontade ainda contra aquela invasão externa qual não traria benefício nenhum a eles, muito pelo contrário, dificultariam o acesso a um dos recursos naturais mais necessários para a vida, como o lema de “*la agua es del puebo, cara*” criado pelo líder sindical da Federação dos Trabalhadores de Cochabamba, o indígena Oscar Oliveira²⁹, e outros slogans como “água é vida” entre outros. (DE LA FUENTE, 2000). Como muitas correntes afirmam o acesso à água potável é uma necessidade humana fundamental, e por isso, é um direito humano básico. Alguns anos após o movimento, em 2003, no Fórum Social das Aguas, em Cotia-SP, Paulino Colque disse: “Vender a água seria vender a vida de todos os seres vivos da região”. (SHIVA, 2006).

Após a manifestação de dois dias (4 e 5 de fevereiro de 2000) que ocupou a Plaza Central da cidade, foi estabelecido mais uma trégua entre o governo e a Coordinadora, trégua essa que não satisfiz a parte afetada, o movimento social não conseguiu sucesso na negociação, novamente. (KRUSE, 2005). O governo prometeu inverter a alta dos preços ocorrida no sistema de distribuição por causa da privatização, mas isso não chegou a ser cumprido, então, em fevereiro, *La Coordinadora* voltou a se mobilizar, e agora a exigência básica era a revogação da “Lei das Águas”, o fim do contrato de concessão dos serviços a Bechtel e a participação popular na formulação das leis relacionadas às fontes de água. As propostas foram duramente rejeitadas. (SHIVA, 2006).

Em março (26), a Coordinadora resolveu organizar um referendo, a “Consulta Popular”. Foram mobilizados milhares de ativistas para elaborar questões direcionadas diretamente à população sobre a privatização, com três perguntas sobre a tarifa, o contrato e as fontes de água, era um plebiscito de cidadania. Foram então colocadas urnas em pontos estratégicos da cidade e entre 30 a 50 mil pessoas, mais de 31% dos cidadãos que participaram das eleições municipais do ano anterior (1999), depositaram suas repostas aos problemas que estavam acontecendo em sua cidade e no seu país. Mesmo sendo desqualificada pelos governantes, a “Consulta Popular” foi mais uma prova da força e da indignação geral popular frente à situação, uma forma da Coordinadora reestabelecer a voz do povo, a participação ativa popular, além do demonstrar o descaso do governo com

²⁹ Dirigente da Federação dos Trabalhadores de Cochabamba. De acordo com website Wikipédia, Oscar Oliveira foi o principal líder dos protestos contra a privatização do sistema de abastecimento hídrico de Cochabamba, Bolívia pela organização “La Coordinadora”. Em 2001 ganhou o premio Goldman Environmental Prize e o Prêmio Letelier-Moffitt de Direitos Humanos pelo do Instituto de Estudos Políticos.

tamanho problema. “(...) mais de 95% dos votantes rejeitaram a privatização. A Coordenadora estava pondo em prática exercícios de democracia direta (...), ganhando legitimidade e respeito de setores cada vez mais amplos da população.” (KRUSE, 2005).

Em abril, *La Coordinadora* estabeleceu a última tentativa, *La Ultima Batalla*, a Batalha Final o “bloqueio indefinido”, uma greve geral com bloqueio das rodovias, sem previsão de término, até que o governo atendesse a suas demandas para a retirada da Aguas del Tunari do país e a revogação da temida Lei 2029, a qual o governo entregou à Bechtel o controle sobre os poços e sistemas de irrigação rural.(SHULTZ, 2005). Nos primeiros dias, iniciados em 4 de abril, os manifestantes tomaram a sede do comitê cívico e as instalações da empresa multinacional Aguas del Tunari e marcharam pelas ruas. Quando começaram a perder as forças, o governo instruiu a polícia a prender os negociantes que representavam a Coordenadora, atizando ferozmente a desconfiança e o vigor popular, que na tarde do dia 6 de abril, saiu em peso pelas ruas, mais de 60 mil pessoas.

A manifestação continuou firme, e no dia 7 de abril, dia memorialmente chamado de “*El Engano*”, o prefeito de Cochabamba comunicou oficialmente a população o fim do contrato de concessão das Aguas del Tunari e a saída da empresa Betchel³⁰ da cidade. A alegria não durou a tempo de comemorar, no dia seguinte se descobriu que tudo não se passava de uma armadilha travada pelo governo, que na noite anterior deportou vários membros e dirigentes da Coordenadora para fora do país, e declarou Estado de Sítio³¹.

De uma hora para outra, a polícia, sob ordem do governo nacional de La Paz, surgiu e prendeu todos os líderes da Coordenadora. “Foi uma armadilha do governo nos colocar todos juntos negociando, porque assim poderia prender todos de uma só vez”, disse Oliveira, que foi um dos que foram levados em custódia.(SHULTZ, 2005, p.5).

³⁰ No ano de 2001, a empresa entrou com uma ação contra o governo boliviano, clamando danos de mais de US \$ 25 milhões, seu argumento foi que seu contrato era apenas para administrar o sistema de água, que sofria de terrível corrupção interna e serviço de má qualidade, e que foi o governo local que aumentou os preços da água. (SEYMOUR, 2008). De acordo com relatórios do Centro de Democracia, 25 milhões de dólares é muito mais que o suficiente na Bolívia para pagar os salários por um ano de 3 mil médicos rurais ou 12 mil professores de escolas públicas. Em Cochabamba, esse valor poderia fornecer serviços de água a 125 mil novas famílias.

³¹ Todos os governos bolivianos, desde 1985, declararam Estado de Sítio, Victor Paz, Jaime Paz, Gonzalo Sánchez de Lozada, e, por fim Hugo Banzer. (DE LA FUENTE, 2000).


A população foi a delírio com as mentiras e repressão por parte dos representantes de seu país e no sábado partiu com toda sua ferocidade e indignação às ruas. Os enfrentamentos foram violentíssimos, a polícia contou com o apoio dos militares, com rifles, bombas de gás e cassetetes, crianças e mulheres espancadas, a guarda estava pronta para acabar de qualquer jeito com a revolta, tratando as 60 mil pessoas que ocupava a praça central (onde estava localizada a prefeitura), cidadãos indignados que representavam a grande maioria da população, como bandidos e baderneiros, enfrentando o manifesto como uma guerra, prendendo ativistas e censurando a mídia. O ápice do exagero da atitude tomada pelo Estado como resposta foi alcançado quando um adolescente de 17 anos, Víctor Hugo Daza, foi morto em meio ao combate, aumentando ainda mais a indignação e força popular. “Impor a privatização a força”.

O governo e o país se deparavam com um dilema complicadíssimo, de proporções a longo e curto prazo: de um lado, continuar resistindo a encerrar a gestão privada de água poderia gerar a eclosão de uma guerra contra o povo de proporções inimagináveis, com crescente agitação civil e descontentamento, além da forte pressão da comunidade internacional sobre a questão moral da propriedade de um recurso vital; do outro, ceder às reivindicações populares e finalmente cancelar o contrato poderia assumir o risco de ser processados pelo consórcio, enfrentar um julgamento com o Banco Mundial CIADI (Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos) sobre os lucros cessantes, além de desencorajar futuros investimentos privado na Bolívia por bancos e corporações estrangeiras, que buscam investimentos seguros. (VON DER PORTEN, 2007). No dia 10 de abril, o governo resolveu escutar a voz do povo e se rendeu a forte reação popular que enfrentava em meio a uma crise econômica nacional, o Parlamento aprova a lei com as modificações propostas pela Coordenadora, e há um novo acordo com a Coordenadoria que revisava as três estruturas principais responsáveis pela manifestação: o aumento das tarifas, o contrato com Aguas Del Tunari e a lei 2029. Se cessam os bloqueios populares no dia 12. (CECENA, 2002). A principal “concessão” imediata do governo foi retomar as tarifas cobradas sobre a água usada antes da firmação do contrato, anulando os incrementos abusivos impostos, além de libertar os manifestantes presos, pagar hospital para os muitos feridos nos meses de manifestação e indenizar familiares de mortos e feridos. (KRUSE, 2005).

A lei 2029 foi revista e se promulgou a nova Lei 2066, com a novidade de formalizar o controle público sobre as tarifas e levar em conta critérios sociais na gestão do recurso. A SEMAPA foi entregue a administração da população (com alguns representantes da Coordenadora em sua direção), e a legislação de privatização da água foi desfeita. A ideia agora era de uma cooperativa social, autogerida, sob um controle popular permanente, para gerir o sistema hídrico de uma forma alternativa e eficiente, para toda a população, sem burocracia demasiada e corrupção. Os guerreiros da água influíram diretamente na Nova Constituição Política de Estado, colocando os recursos hídricos como um direito humano fundamental (ASSIES, 2003).

SEMAPA publicou uma análise sobre as taxas de água, utilizando-se valores de taxa de reais da empresa de Bechtel, Aguas del Tunari em comparação com a sua gestão. A análise utilizou figuras reais de consumo de água entre abril e dezembro de 2001. O primeiro grupo utiliza as taxas em vigor antes Bechtel assumir (SEMAPA) e o segundo conjunto calcula as contas de água anexando os aumentos da taxa de reais impostas pela companhia Bechtel em Janeiro de 2000. A comparação das contas de água é baseada nos mesmos níveis de consumo de água por cliente.

Tabela 5 - Conta da água, total por categoria de usuário. SEMAPA Vs. BECHTEL

CONTA DE ÁGUA: total por categoria de usuário. SEMAPA Vs. BECHTEL			
Categoria do usuário			Aumento \$ (%)
R1 terreno vazio	\$44,191	\$64,854	\$20,663 (47%)
R2 Muito pobre	\$762,740	\$1,092,308	\$329,568 (43%)
R3 Pobre	\$1,415,454	\$1,976,697	\$561,243 (40%)
R4 Classe média	\$1,363,547	\$2,145,621	\$782,074 (57%)
Comerciantes	\$1,531,530	\$2,440,446	\$908,916 (59%)
TOTAL	\$5,117,462	\$7,719,926	\$2,602,464 (51%)

Fonte: Semapa, Suzanne von der Porten, 2007, pg.12

2.4 Guerra da Água versus Guerra do Neoliberalismo

Shultz, 2005, disse que a revolta de Cochabamba se tornou um símbolo mundial, com ampla atenção da mídia internacional. A cidade se tornou sinônimo de luta por uma economia global justa, uma verdadeira fonte de inspiração e de esperança. Oscar Oliveira foi premiado com o internacionalmente prestigiado Premio Goldman de Ativismo Ambiental. “A revolta pela água foi uma revolta geral por tudo, uma reação à corrupção oficial, ao declínio econômico, e ao fato do governo se preocupar com tudo menos com o povo.” (SHULTZ, 2005). “Com autodisciplina, um uso comedido de violência, uma unidade prática e solidariedade incrível, o povo de Cochabamba havia ganhado uma batalha decisiva contra a privatização.” (KRUSE, 2005). “Ao recuperar a água das corporações e do mercado, os cidadãos da Bolívia demonstraram que a privatização não é algo inevitável e que a tomada corporativa dos recursos vitais pode ser impedida pela vontade democrática das pessoas.” (SHIVA, 2006).

A fala do líder sindical de Cochabamba, Oscar Oliveira, em uma das assembleias ao final da “Guerra da Água”, em abril de 2000:

O nosso é um país pequeno e já é quase dono de nada. Nossas minas foram privatizadas, a empresa de eletricidade foi privatizada, assim como as linhas aéreas, as ferrovias, o petróleo e o gás. As coisas que ainda temos são o ar e a água, e lutamos para assegurar que a água continue sendo nossa. (ASSIES, 2003, p.18).

Willem Assies acreditou que o conflito não foi somente uma manifestação para a melhor gestão e controle dos recursos, ou pela ganância material na busca por lucros. O conflito foi uma resposta popular, um ato simbólico, de desafio ao modelo dominante de sociedade e ao modo de desenvolvimento imposto desde 1985, que tem custos sociais muito altos e trazem poucos benefícios a maioria da população.

A "Guerra da Água" foi o resultado de uma conjuntura específica, que reuniu vários setores da população, cada um com sua própria experiência de conflito e expectativas. Ele previu uma nova forma de protesto social que se revelou obsoletas as formas de representação existentes. Talvez seja prematuro dizer que surgiu na Bolívia um "novo movimento social", mas a Guerra da Água se indica uma mudança significativa na dinâmica do protesto social, combinando novas visões de protesto e participação na defesa dos "usos e costumes" e um tipo de ambientalismo popular em busca de alternativas ao estatismo e neoliberalismo. (ASSIES, 2003, p. 22-23).

Perry Anderson (1997) mostrou em seu estudo que nos últimos 20 anos, os países que operam em regimes menos neoliberais foram os que obtiveram mais êxitos, são as economias do extremo oriente, como o Japão a Coreia, o Taiwan e a Malásia. De acordo com o historiador e prefeito de Cochabamba em 2008, Rafael Puente, a luta tinha um objetivo claro: a gestão social da água. A guerra acabou se mostrando como um ponto de inflexão do modelo neoliberal intacto até o ano de 2000, “A primeira de muitas demonstrações de que a manutenção do modelo no país só seria possível a ferro e fogo”. Campanini³² afirma que a experiência acumulada com o conflito levou a Bolívia a encabeçar a luta pelo reconhecimento da água como um direito nos fóruns internacionais, “Os anteriores governos atendiam, e mal, à parte central das cidades e o campo, mas não às zonas peri-urbanas, que têm uma gestão comunitária muito interessante, mas precisam de ajuda técnica e de infraestrutura. Com a luta, eles são vistos pelas políticas públicas e já ganharam boa parte dos fundos públicos para o setor”.

“A revolta boliviana pela água teve um impacto enorme na luta mundial pelo direito à água(...). Muitas pessoas perceberam que se uma das populações mais pobres do mundo foi capaz de se levantar contra o Banco Mundial e a Bechtel, então todos poderíamos. As histórias pessoais de heroísmo e de luta do povo boliviano são fortes e têm sido recitadas mais e mais pelo mundo.” (BARLOW, 2009, p.111-113).

³²

Representante da organização Água Sustentável, Oscar Campanini.

2.5 A população VENCEU essa Guerra?

Apesar da SEMAPA ter sido novamente nacionalizada e gerida, desde então, por um comitê em que cidadãos eleitos fazem parte das decisões da empresa, as políticas ineficientes ainda continuaram. Cita-se, por exemplo, o fato da zona sul da cidade continuar, em sua grande maioria, sem conexão à rede de abastecimento público da SEMAPA e da grande parte dessa população continuar com acesso a serviços básicos de péssima qualidade. A política do acesso desigual desempenhada pela SEMAPA antes do conflito continua adiante, os bairros nobres do centro continuam recebendo água durante todo o dia, enquanto outros recebem uma vez a cada 15 dias (SEMAPA, 2005). (PFRIMER, 2008, pg.98).

Não há um consenso ao redor da “vitória popular” de Cochabamba pelos historiadores do assunto, se ela realmente pode ser vista como uma vitória, ou não. A cidade, após o conflito e as resoluções requeridas pela população continuou apresentando déficit hídrico. (PFRIMER, 2009). Segundo Puente³³, o exercício do poder popular não conseguiu resolver velhos problemas da cidade de Cochabamba. “Temos que dizer com frieza: essa gestão social não existe, a administração segue ineficiente, injusta e cara.”³⁴ Houve uma modernização tecnológica, aumentou um pouco as conexões, mas nada perto do que se esperava. Ganhamos a guerra, mas não conquistamos a paz”. Uma parte significativa da população continuou se abastecendo com os carros-cisterna (aguateros) privados que cobram um valor muito superior ao da rede pública de distribuição, 20 bolivianos (hoje em dia R\$ 6,42; \$2,84) pelo metro cúbico de água, além de fornecer água com qualidade aquém do esperado. A mesma quantidade, e de boa superior, fornecida pela Semapa custa 3 bolivianos(R\$ 0,96; \$0,42). (MANSUR, 2010)

Falha na administração, com a diluição da Coordenadora e continuação dos problemas estruturais essenciais poderiam ser citados como a explicação da falha na administração popular da rede de distribuição hídrica de Cochabamba. Fuente diz que

³³ Ex-prefeito, Rafael Puente.

³⁴ Cerca de metade da rede deveria ser reinstalada, porque, do volume total captado pela Semapa, metade se perde com vazamentos.

alguns dirigentes da Coordenadora começaram a disputar destaque, buscando obter vantagens pessoais. Oscar oliveira superestimou o momento histórico e seu papel, dizendo já em 2000 que o tema da água já era pequeno e que se dedicaria a lutar contra tudo o que foi o processo de capitalização das empresas públicas na Bolívia.

PFRIMER, 2008, apresenta em seu estudo a visão contrária de dois estudiosos do caso cochambino, primeiro, Manuel de La Fuente, de quem grande parte desse capítulo foi baseada, que vê a Guerra da Água como uma vitória popular da cidade sobre o estado neoliberal e corrupto, contra a mercantilização dos recursos naturais de países que dependem essencialmente dos seus recursos para se manterem economicamente. Já Laserna (2000) afirma que a Guerra da Água foi na verdade, a Guerra contra a Água, apresentando-a como uma grande derrota para os habitantes de Cochabamba que mais necessitavam deste recurso, para ele os cidadãos de Cochabamba foram derrotados porque postergaram uma solução conjunta para a escassez de água. Ao final, Pfrimer dá a sua própria opinião:

“(...) a Guerra da Água representou realmente uma maior participação popular dos cidadãos de Cochabamba. Houve um ganho democrático inegável, sobretudo porque após a discussão da questão da água, outros temas passaram a ser mais discutidos em nível nacional. Ainda, deve-se ressaltar um maior controle dos investimentos internacionais e da atuação das empresas transnacionais no país. Porém, em nível regional a Guerra da Água representou uma derrota. O problema da escassez de água continua até o atual momento afetando a maior parte da população de Cochabamba, as políticas hídricas continuam com um enfoque discriminatório, os conflitos sociais continuam e o projeto Misicuni somente entrará completamente em funcionamento no ano de 2030. Enquanto isso, a população mais humilde e os milhares de migrantes que chegam a Cochabamba continuarão sofrendo a falta de água.” (PFRIMER, 2008, p.18-19)

3 A difícil gestão dos recursos hídricos, bem social ou bem econômico?

Não estou reivindicando caridade, mas um direito. Não se trata de generosidade, mas de justiça. O estado atual de civilização é tão odioso quanto injusto. É absolutamente o oposto daquilo que deveria ser, e é necessário que se faça uma revolução nele. O contraste entre riqueza e miséria encontrando-se e ofendendo os olhos continuamente (...). (Paine, 1795, p.147)

Thomas Paine³⁵, em seu ultimo livro “*Agrarian Justice*” (1795), sobre a criação de um “fundo nacional” a ser aplicado a todas as pessoas, ao atingir a idade de vinte e um anos, a quantia de quinze libras esterlinas, como uma compensação parcial pela perda de sua “herança natural” resultante da implantação do sistema de propriedade fundiária, a terra não poderia ser vista como algo a ser apropriado e vendido por certa pessoa, a terra é um direito de todos os seres vivos, se há diferenças na forma de distribuição e uso da mesma, algo tem de ser feito para compensar essa desigualdade.

Este livro foi escrito no século XVIII, 218 anos atrás.

³⁵ Thomas Paine foi um político britânico, panfleteiro, revolucionário, radical, inventor e intelectual. Participou da Revolução Americana (1776) e influenciou a Revolução Francesa (1789) com suas ideias iluministas.

3.1 A incessante busca pelo crescimento:

O modo de lidar com o crescimento econômico tem mudado bastante nos últimos anos. A análise do desenvolvimento foi expandida, e mesmo que a grande preocupação em crescer continue firme e forte, nasceu uma importante vertente de intelectuais, pesquisadores, historiadores, economistas, socialistas, entre outros, que priorizam uma análise mais completa do desenvolvimento, que abranja todas as etapas do processo, desde sua elaboração, implantação, execução e, principalmente, a avaliação do resultado final, responsável por benefícios ou maléficos. Com esse estudo mais detalhado e minucioso, os modelos antigos e ineficientes podem ser adaptados e melhorados, destinados ao longo prazo e, por fim, criar um meio de crescer em que o interesse de todos os envolvidos (incluindo todas as camadas da sociedade), traga benefícios de forma justa e igualitária ao bem estar. Irma Adelman, em seu livro *“Theorys of Economical Development”*, publicado em 1972, divagava sobre tratar o desenvolvimento como multifacetado, não linear e dependente da trajetória do país a ser analisado, sendo praticamente impossível que a escolha de uma única teoria de desenvolvimento como padrão a ser implantado em todo o resto do mundo pudesse trazer resultados positivos aos muitos envolvidos, o que apresentou sucesso em certo país não necessariamente será bom para outros. É impossível tratar um país pobre, com problemas enraizados (colônia versus metrópole) sociais, políticos, culturais e econômicos e com condições de vida excessivamente inferior, da mesma maneira que se trata o crescimento para um país rico.³⁶ Individualidades, como condições iniciais, grau de democracia, disponibilidade de capital humano e físico, experiência em Estados, aspectos históricos e institucionais, são determinantes para se criar uma política de desenvolvimento específica e adequada para cada localidade. Porém, mesmo com a clareza de que os países são totalmente distintos e heterogêneos, ainda há uma adesão relativamente extensa ao modelo dominante de desenvolvimento, o norte-americano impulsionado pelas instituições financeiras, e pelos quatro cantos do mundo (mesmo como suas exceções), crescer é a prioridade, mesmo que isso não esteja

³⁶ Consenso de Washington, por exemplo, utilizou um modelo padrão, baseado no das potências da época, para recuperar a economia dos países em crise da América Latina, subdesenvolvidos e com necessidades antagônicas.

relacionado em desenvolvimento real e benefícios para o local em questão. (ADELMAN, 1972).

Celso Furtado também é reconhecido por ter antecipado essa problemática de que era insustentável evidenciar um modelo econômico baseado fortemente no progresso tecnológico, pois este, em longo prazo, traria muitos danos ao meio ambiente e ao próprio ser humano, levando o sistema econômico ao colapso. (“O mito do desenvolvimento econômico”). Furtado não acreditava no pressuposto de transcrição do modelo de desenvolvimento dos países industrializados aos países subdesenvolvidos como garantia de resultados positivos, ele via o modelo de desenvolvimento das potências como inviável e depredado, que vivia um conflito de interesses e prioridades que acabava por privilegiar o enriquecimento de poucos ao invés de respeitar as limitações dos bens ofertados pelo “mundo físico”. Ele apostava em um processo do desenvolvimento visto com um todo, um processo de transformação da sociedade por completo, com a finalidade básica e principal de buscar melhorias para a condição de vida da população respeitando as limitações naturais, daí sim o crescimento poderia ser visto como desenvolvimento, como progresso, e não somente como um aumento no nível de renda ou no PIB de um irrelevante e restrito grupo de privilegiados. “A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, em grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico”. (FURTADO, 74, p.19).

Não foram poucos os estudiosos a prever um colapso no modo de gerir o crescimento e desenvolvimento, um exemplo ilustre e clássico é o de Malthus³⁷, com sua famosa “Teoria Populacional Malthusiana”, que afirmava que o crescimento populacional acontecia em progressão geométrica e a produção de alimentos se dava em progressão aritmética, o que afetaria negativamente o futuro da humanidade, afinal, com o passar dos anos haveria mais pessoas do que a quantidade de alimentos necessários para a sua sobrevivência, e o resultado inevitável final seria a fome, sendo o controle de natalidade a única forma eficiente de solucionar essa catástrofe. (MALTHUS, 1798). Malthus foi um dos primeiros a contestar a validade da Lei de Say (Say's Law), que tinha como fundamento a afirmação de que toda oferta geraria sua própria demanda, sem necessidade

³⁷ Thomas Robert Malthus foi um economista inglês, considerado o pai da demografia, que escreveu o “Ensaio de Malthus”, este baseado em dois ensaios.

de intervenções no andamento da economia. "Pode-se seguramente declarar [...] que a população, quando não controlada, dobra a cada 25 anos, ou aumenta numa razão geométrica. [...] Mas o alimento para suportar o aumento de um número tão grande de nenhum modo será obtido com a mesma facilidade." (MATHUS, 1960).

A teoria de Malthus baseia-se no Princípio da Escassez, e por isso é de extrema importância para a economia atual, trazendo como histórico e enraizada uma das maiores preocupações contemporâneas, a carência e extinção não unicamente de alimentos, mas dos recursos necessários a manutenção da vida. A sua perspectiva sobre o futuro da humanidade vem se refletindo de diversas maneiras no cotidiano moderno decorrente da competição, advinda da globalização. O problema não é o crescimento populacional, afinal a ciência e a tecnologia estão em constante progresso (produção de alimentos em larga escala, cura de epidemias e melhoras nas condições de vida), o problema é a distribuição injusta dos recursos, feita por gestões políticas ineficientes e o mau uso.

É urgente a necessidade de se repensar em como o desenvolvimento vem sendo tratado, quem está sendo afetado e no que isso vai acarretar. Ou se muda ou não haverá disponibilidade de recursos para o futuro. Um exemplo simples dessa mudança necessária de prioridades é datado de 1991, no primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano (RDP)³⁸, esse relatório anual é desenvolvido pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), e nele se colocou o crescimento da economia como resultante de um processo maior, um processo que colocava o bem-estar da sociedade no epicentro, e com essa ótica diferenciada se mostrou claramente que a busca feroz por crescer nem sempre traz resultados positivos, principalmente para a população. O ponto em ascensão é a reflexão de como crescer e crescer bem, focando a sociedade, e para isso se mudam as prioridades, as políticas de desenvolvimento devem ser implantadas estruturadas por valores que não são apenas os da dinâmica econômica maximizadora de capital. (*Human Development Report*³⁹).

Nos últimos anos, muitos economistas vêm trabalhando na elaboração de modelos de desenvolvimento alternativos que não só preze a disponibilidade futura de elementos

³⁸ O Relatório de Desenvolvimento Humano é produzido por uma equipe de intelectuais formada por líderes acadêmicos, profissionais e membros do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, hoje em dia é lançado em mais de 140 países.(fonte: wikipedia, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_de_Developimento_Humano)

³⁹ última visita ao site <http://hdr.undp.org/en/humandev/reports/> 10/10/2013

essenciais à manutenção da vida como possam minimizar os danos já gerados pelo crescimento globalizado, ininterrupto e bruto, baseado na expansão financeira, que esquece o foco principal da vida: viver. A consequência deste progresso, que não pensa no longo prazo, e o foco deste trabalho, é o sobrecarregamento dos recursos naturais, essenciais para todos os seres humanos, independente das diversidades físicas, econômicas, culturais, políticas ou religiosas. A atenção, antes só relacionada ao crescimento, é dividida entre crescer, preservar o meio ambiente e melhorar o bem-estar social de todos os integrantes da sociedade, se buscam soluções viáveis aos problemas ambientais diante o uso de seus recursos com políticas de gestão eficientes e sustentáveis, respeitando as limitações do Planeta Terra para que assim se atinja o disputado desenvolvimento, que obedeça ao seu significado real: “Passagem gradual de um estágio inferior a um estágio mais aperfeiçoado. Adiantamento, progresso” (dicionário Michaelis). Pensando na população mundial como consumidora de bens que não tem previsão de diminuir demograficamente nas próximas décadas (quicá século), somado ao mau uso e distribuição dos recursos, a preocupação básica do cenário atual e futuro é a escassez convicta, que traz com ela a eclosão de conflitos populares, que tendem a aumentar cada vez mais em quantidade e proporção, com a sociedade mais carente lutando pela gestão mais adequada dos seus recursos naturais básicos, aqueles que todos necessitam igualmente em certa abundância, para viver.

A difusão do modelo consumista, criado pelo modelo de capitalismo industrial, gera uma pressão forte sobre os recursos não renováveis. Progresso tecnológico, que busca incessantemente inovações na produção para que cresça mais e mais rápido, satisfaz os desejos dos centros dominantes e cria uma sociedade de desperdícios exorbitantes, não proporcionais à quantidade disponível de recursos não renováveis para sua produção e sobrevivência.

Um grande exemplo de trabalho de pesquisadores que buscam procurar alternativas para um crescimento sustentável foi desenvolvido por Elinor Ostrom, primeira mulher a receber o Prêmio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel em outubro de 2009, juntamente com Oliver Williamson, pela análise da governança econômica, especialmente dos bens comuns, “*Governing the Commons*” (governança dos bens

comuns, escrito em 1990). Seu estudo tem uma importância inenarrável na discussão atual sobre a utilização dos recursos naturais, discussão esta que já é vista como o começo de uma das piores crises da humanidade. Em seu estudo ela contrapôs e desafiou a teoria ortodoxa de Garrett Hardin⁴⁰, famosa e reconhecida “*Tragedy of the Commons*” (tragédia dos bens comuns). Ostrom se baseou em pesquisas empíricas rigorosas e formais, que podiam ser refutadas pelo o modelo neoclássico dominante, além do acréscimo do ponto de vista ambiental e sustentável, e comprovou seu ponto de vista, mostrando diversas falhas na versão simplista de Hardin em explicar a tendência do comportamento humano ao fazer suas escolhas em como consumir, e gerir, os recursos naturais. Seu objetivo principal foi o de mostrar, se comprovando com distintos e diversos estudos de caso de várias localidades ao redor do mundo, a possibilidade de desfrutar dos “bens comuns” de uma forma mais justa e humanitária, baseado na cooperação entre os usuários das comunidades, que traria benefícios a todos. (ECODEBATE, 2012).

Os recursos de bens comuns, quando retirados para o consumo por um indivíduo tem sua quantidade disponível para o uso de outro grupo de consumidores diminuído, sem a possibilidade de reposição. Estes bens foram determinados pela “análise institucional e desenvolvimento”, na qual separaram os recursos de acordo com seu nível de exclusão, sua dificuldade de acesso e sua rivalidade. Os “*common pool resources*”, também chamados de “*open-access resources*” são os bens de fácil exclusão e baixa rivalidade, que sofrem grandes problemas de externalidades negativas multilaterais (poluição por indústrias, desperdício, etc). Como exemplo, temos as águas de um rio: “A água num rio pode ser removida por qualquer um nos seus arredores, para irrigação, consumo, ou uso industrial, quanto mais água um conjunto de utilizadores remove menor será a quantidade de água disponível aos outros”. (OSTROM, 1990, tradução livre).

A “Tragédia dos Comuns⁴¹”, conceito estendido pelo artigo de Hardin em 1968, tem como conclusão final que a escolha racional do homem sempre será guiada por

⁴⁰ Professor de Biologia da “University of California”, em Santa Barbara. Este artigo é baseado em um discurso presidencial apresentado antes da reunião da Divisão do Pacífico da Associação Americana para o Avanço da Ciência, em Utah State University, Logan, 25 de junho de 1968.)

⁴¹ A expressão provém originalmente de uma observação feita pelo matemático amador William Forster Lloyd sobre posse comunal da terra em aldeias medievais, em seu livro de 1833 sobre população.¹ O conceito

princípios egoístas e individualistas, que buscam o benefício próprio para minimizar custos e maximizar o bem-estar individual, isso é, o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito terminaria por condenar estruturalmente o recurso por conta de sua super exploração decorrente da má índole do indivíduo, então os recursos naturais tendem a se esgotarem quando vistos para o coletivo. O crescimento acelerado da população, que resultaria no maior consumo dos recursos naturais da Terra, junto com a forma de extração acelerada e com desperdício destes, reflete no futuro certo de um grande problema ambiental.

Para comprovar sua constatação de que o homem é guiado pela busca de maior bem-estar próprio, pelo auto interesse, Garret Hardin usa o “Dilema do Prisioneiro”, conceito relativo a microeconomia dentro da “Teoria dos Jogos”. Em uma situação em que dois presos estão em julgamento, feitos individualmente, a preferência individual dos prisioneiros é escolher a resposta que garanta sua saída com maior possibilidade de benefício individual, como forma de não depender ou acreditar na escolha do outro, do coletivo, e pela falta de sincronia das respostas, se acaba tendo um resultado inferior do que teria se os dois prisioneiros tivessem combinado, juntos, uma resposta que satisfizesse os dois, mesmo que em menor proporção, uma solução que agradasse aos dois (dois como sinônimo de sociedade). Um indivíduo que tem a opção de trair ou cooperar, sem possibilidade de comunicação entre os envolvidos, escolhe trair, mesmo quando cooperar é a melhor para todos, ele é avesso ao risco, e prefere a garantia de não ser traído sozinho e se prejudicar, tendo um final pior ainda.

Mesmo com soluções finais divergentes, Ostrom concordava com o raciocínio inicial de Hardin, que frisava o ponto essencial dos problemas ambientais: o mundo é finito e, como ele, são seus recursos disponíveis. Se a população (que é crescente, ao contrário do número recursos, que é fixo e permanente) não assumir de vez a constatação que os recursos são limitados, diversos problemas futuros relacionados à super exploração e a degradação, advindos da “Tragédia dos Comuns”, afetarão negativamente o modo de vida das próximas gerações, quando relacionados ao acesso a bens essenciais a vida da sociedade, e o aumento da miséria é destino certo no longo prazo. (HARDIN, 1968). A

foi estendido e popularizado por Garrett Hardin no ensaio "The Tragedy of the Commons", publicado em 1968 na revista científica *Science*.http://pt.wikipedia.org/wiki/Trag%C3%A9dia_dos_comuns, ultimo acesso 11/10/13).

solução a estes problemas, oferecida pelo autor, seria a uma gestão sustentável com a nacionalização ou privatização e o cercamento dos recursos para protegê-los. Sua visão era polêmica e gerou muita discordância entre estudiosos, que viam o autor como um defensor ferrenho da privatização de recursos de posse comunitária, esta que ignora o possível gerenciamento pré-existente e, frequentemente, se apropria dos recursos, hostilizando e gerando malefícios as populações originárias. Voltando aos resultados sortidos no estudo de Ostrom, o uso privado ou estatal repetidamente resulta em consequências piores quando comparadas com a administração anterior dos recursos. (OSTROM, 1999). Outro importante ponto rebatido por Ostrom foi o modelo de Ronald Coase sobre direitos de propriedade, onde o mercado prefere a propriedade privada como solução ótima e termos de eficiência econômica às externalidades (efeitos, positivos ou negativos, de uma ação para pessoas que não participaram dela), isto é, uma solução sem a intervenção do Estado que maximiza o bem-estar social. (MAY, Peter, 2009).

As sociedades enfrentam novos desafios e veem-se obrigadas a desenvolver e programar novas formas de gestão de recursos comuns que estão no limiar do esgotamento. O manejo desses bens deve ser feito sobre uma ótica econômica e sustentável, baseado no uso coletivo nas pequenas comunidades criando suas próprias leis e regras para um acesso justo, coletivo e sustentável, uma auto-organização eficaz dos recursos por pequenos grupos que os utilizam com regras comuns aceitas por todos. Um dos principais fundamentos de Ostrom é o de que algumas comunidades locais fazem, sozinhas, uma gestão mais eficiente dos recursos, com suas regras e mecanismos próprios que disciplinam a exploração dos recursos locais, sustentadas na cooperação comunitária, do que quando são obrigadas a geri-los, seguindo regras impostas por autoridades do exterior, isto é, saem melhor sem a intervenção de autoridades externas e com suas próprias políticas de gestão.

Um novo conceito que sofreu transformações e se adaptou a essas novas demandas foi o de Segurança Humana. O conceito era antes relacionado, unicamente, com a obrigação do Estado de garantir as necessidades básicas a sua população, agora incorpora outras prioridades, inclusive a ambiental.

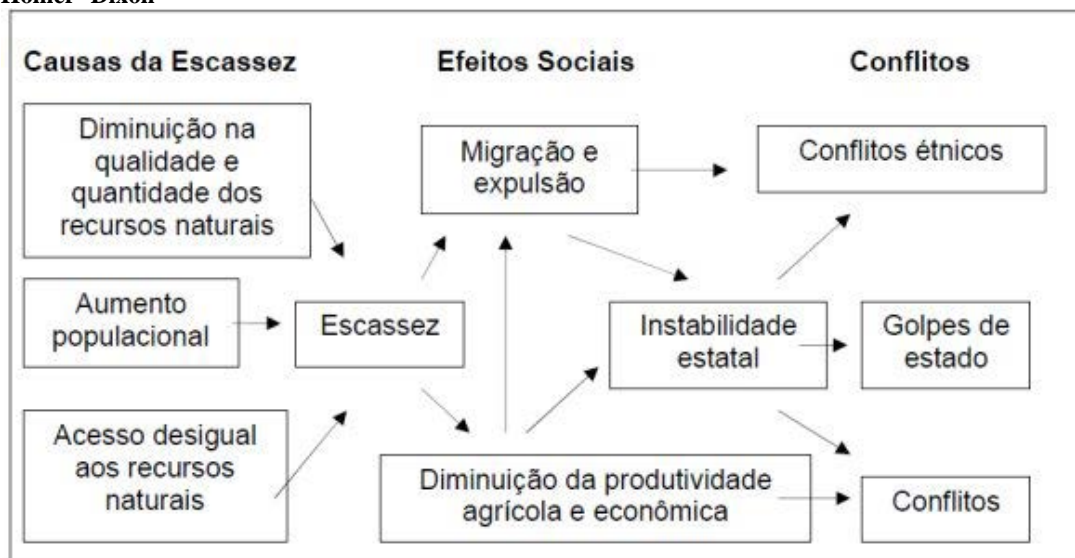
Segurança se aplica melhor ao nível do cidadão. Equivale ao bem-estar humano: não apenas à proteção de danos e feridas, como também o acesso à água,

alimento, abrigo, saúde, emprego e outros requisitos básicos aos que todas as pessoas sobre a Terra têm direito. O conjunto dessas necessidades cidadãs – mais do que a segurança e qualidade de vida – é o que ser priorizado na concepção de segurança da nação. (MYERS, 1993, p. 31).

Isso mostra que a proteção do ambiente e dos seus recursos, que fazem parte de um conceito mais novo, intitulado Segurança Ambiental, passa a ser extremamente necessária a manutenção de uma vida com qualidade, e por isso é dever do Estado.

Além disso, pode-se discutir a visão negativa da escassez. A escassez de um recurso natural em si não precisa ser vista unicamente como um malefício irreversível, ela pode influenciar a sociedade a se adaptar a pouca disponibilidade e, com isso, se empenhar mais fortemente na busca por novas vias alternativas de consumo, mais justas socialmente e ambientalmente. O problema principal, que gera conflitos e discussões sobre a disponibilidade futura é o desperdício, o mau uso, a gestão desigual e a degradação. (HOMER-DIXON, 1999).

Figura 4 - teoria das relações causais entre escassez ambiental e conflitos violentos de acordo com Homer- Dixon



Fonte: Homer-Dixon(1999, pg.134, tradução: Matheus Hoffmann Pfrimer, 2009, pg.85)

Como o célebre economista elaborador do índice de desenvolvimento humano (IDH), Amartya Sen (2010) definiu, o desenvolvimento é uma forma de liberdade, e a falta

do acesso a um recurso indispensável à sobrevivência, como a água, é uma privação de liberdade, que dificulta o desenvolvimento de uma nação. O desenvolvimento de um país está totalmente ligado às oportunidades que ele oferece à sua população, como a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, segurança, liberdade, habitação e cultura e a eliminação das privações a liberdade, afinal, para uma sociedade evoluir é necessário se pensar na elevação substancial da qualidade de vida, e a falta de oportunidade básica de acesso ao saneamento básico e água tratada, isto não existe.

3.2 A ÁGUA, a vida.

No dia 22 de março de 1992 a ONU (Organização das Nações Unidas) criou um dia comemorativo, conhecido como “O Dia Mundial Da Água”, como forma de chamar atenção do mundo para recurso de tamanha delicadeza e importância. Além do dia simbólico foi redigido um importante documento intitulado como: "Declaração Universal dos Direitos da Água", nele foram elaboradas uma série de sugestões, metas e informações com o intuito de despertar a reflexão, a consciência ecológica da população e dos governantes para a questão da água.

Art. 1º - A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.

Art. 2º - A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal qual é estipulado do Art. 3º da Declaração dos Direitos do Homem.

Art. 3º - Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia.

Art. 4º - O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

Art. 5º - A água não é somente uma herança dos nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como uma obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

Art. 6º - A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.

Art. 7º - A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas atualmente disponíveis.

Art. 8º - A utilização da água implica no respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado.

Art. 9º - A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social.

Art. 10º - O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra.” (ONU,92).

A água é fonte primordial da vida, e junto com o ar e o alimento representa os três elementos naturais mais importantes para a sobrevivência de todos os seres vivos da face Terra. Segundo Altaner (2012) um homem só consegue viver alguns minutos sem oxigênio, quase uma semana sem água e praticamente um mês sem comida, porém, pela água também ser essencial para a provisão de oxigênio e de alimentos (pela fotossíntese⁴² das plantas), ela passa a ser considerada o componente mais importante para a vida. Além disso, o ser humano é composto por aproximadamente, 60% de água: *“Human babies are approximately 75% water and adults are 50–60% water. Our brain is about 85% water, blood and kidneys are 83% water, muscles are 76% water, and even bones are 22% water.”* (ALTANER, 2012).

Em sua composição química, com a fórmula de H₂O, a molécula de água é dividida entre dois átomos de hidrogênio e um átomo de oxigênio. Sua disposição no planeta Terra se encontra dividida em três estados físicos de natureza: sólido (gelo, neve, granizo); líquido (rios, lagos, mares, oceanos) e gasoso (vapor de água). A água cobre 70,9% da superfície da Terra, o que significa uma área de 361.132 milhões de km em um total de 510.072 milhões de km. A superfície hídrica é segmentada entre os cinco oceanos (Pacífico, Atlântico, Índico, Antártico e Ártico⁴³), que detêm a grande maioria de

⁴² “Plants, which require water to survive, provide oxygen through photosynthesis and form the base of our food supply. Plants grow in soil, which forms by weathering reactions between water and rock.” (ALTANER, 2012)

⁴³ Oceano Pacífico 155.557 milhões de km; Oceano Atlântico 76.762 milhões de km; Oceano Índico 68.556 milhões de km; Oceano Antártico 20.327 milhões de km; Oceano Ártico 14.056 milhões de km.

toda a água superficial disponível (97%) e os outros 3% são divididos entre geleiras e calotas polares (2,4%); rios, lagos e lagoas (0,6%); nas águas subterrâneas, os aquíferos e lençóis freáticos (1,6%) e os últimos 0,001% ficam na atmosfera como vapor, nuvens e precipitação. Uma pequena quantidade da água da Terra está contida dentro de organismos biológicos e de produtos manufaturados. (CIA⁴⁴).

Figura 5 - Distribuição de água na Hidrosfera



Fonte: <http://www.mundoeducacao.com>

A água é extremamente importante para o homem, que logo cedo tomou consciência da sua dependência por este bem tão nobre. Já na antiguidade o homem buscava locais para habitar que fossem próximo aos locais com estoque abundante de água, como as margens e os vales dos grandes rios, e foram os homens que se instalaram nas proximidades da água que perpetuaram e fundaram as primeiras grandes civilizações, como por exemplo os egípcios, que dependiam das águas do rio Nilo para quase tudo e a civilização da Mesopotâmia instalada nas proximidades desse recurso natural dos rios Tigre e Eufrates. (Bruni, 1993). Platão (426 - 348 a.C.), fundador da Academia em Atenas (a primeira instituição de educação superior do mundo ocidental), expressou em uma frase a real importância dada à água naquele período: "O ouro tem muito valor e pouca utilidade, comparado à água, que é a coisa mais útil do mundo e não lhes dão valor".

Como se pode observar, a disponibilidade de água no Planeta Terra não é o problema, como já dito, a maior parte a superfície terrestre é de água ("Planeta Azul"). A

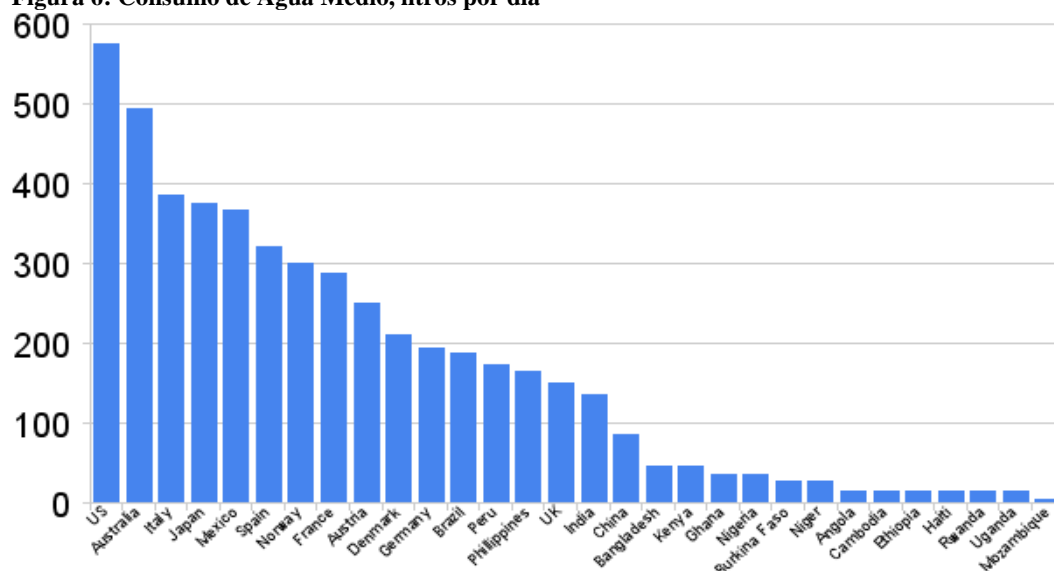
⁴⁴Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/xx.html#Geo>, ultimo acesso em 13 de outubro de 2013.

grande dificuldade do problema hídrico se encontra na desigualdade da sua distribuição para o uso. Somente 2,5% de toda essa água existente é adequada para o consumo, é água doce. Dentro dessa reduzida parte disponível, deve se subtrair uma parcela significativa da água doce que se localiza nas geleiras e calotas polares, pois seu consumo é inviabilizado por conta de perigo de se provocar desequilíbrio ambiental e da possibilidade de gerar perdas ecológicas de grandes proporções. A isso soma-se os desperdícios e as altas taxas de poluição, o que sobra para o consumo é uma quantidade muito reduzida. A conclusão final óbvia é de que a maior parte da água disponível e própria para consumo é mínima perto da quantidade total de água existente no Planeta. Em todo mundo, cerca de 10% da água disponibilizada para consumo são destinados ao abastecimento público, 20% para a indústria e quase 70% da água doce é reservada à agricultura. Os 10% então, usados para consumo humano, que são provenientes das represas, rios, lagos, açudes, reservas subterrâneas e em certos casos do mar (após o processo de dessalinização), são armazenados em reservatórios de distribuição e enviados para as caixas d'água de casas e edifícios. Após o uso, a água segue pela rede de captação de esgotos e é novamente tratada, para evitar a contaminação de rios e reservatórios. Ainda sobram os 97,3% de água salgada cobrindo o Planeta Terra, que podem ser consumidas, mas é necessário um extenso, demorado e caro processo de dessalinização, o que o torna inviável financeiramente em decorrência do alto custo energético e dos danos provocados ao meio ambiente, por ser extremamente poluidor (libera gases de efeito estufa). (BARLOW, 2009). Mesmo assim, o potencial hídrico mundial ainda é de 6.000 a 7.000 m³/per capita ao ano, disponibilidade que ultrapassa em 6 a 7 vezes os índices considerados “críticos”, isto é, a disponibilidade hídrica global ainda é suficiente para a saúde e o desenvolvimento econômico de uma nação. (REBOUÇAS, 2002).

Considera-se um “estado crítico de água” quando a disponibilidade é inferior a 1.700 m³/per capita/ano, “estresse hídrico” quando inferior a 1.000 m³/per capita/ano e “escassez hídrica” se inferior a 500 m³/per capita/ano. As Nações Unidas consideram 1.000 m³/per capita/ano razoável para satisfazer as necessidades humanas básicas (REBOUÇAS, 2002, p. 14).

O fato é que este potencial é uma média, e médias não exibem com exatidão os resultados reais dos casos extremos, dentro dela há países que usufruem ilimitadamente do recurso em contraste com países populosos, pobres e com poucos recursos vivendo como mínimo possível e baixa qualidade. Como Maude Barlow (2009) constata, o abismo relativo ao uso de água entre o Primeiro Mundo e o Terceiro Mundo é incontestável e as disparidades são agudas, um cidadão norte americano vive com 600 litros de água por dia, um africano com 6 litros, sendo que um ser humano comum necessita de 50 litros de água por dia para realizar todas as suas atividades (pg.19).

Figura 6: Consumo de Água Médio, litros por dia

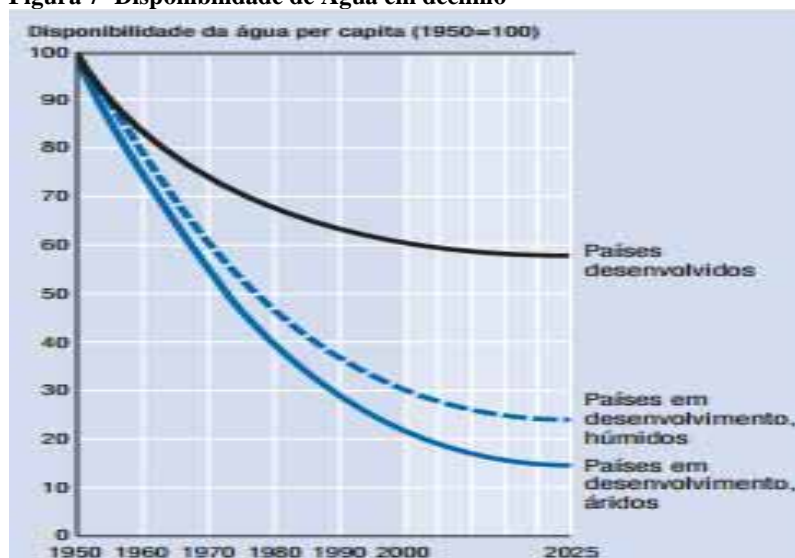


Fonte: United Nations Development Program-Human Development Report (2006).

A distribuição é falha, o uso é mal gerido e o desperdício é real, pesquisas publicadas pela ONU apontam que 2 milhões de toneladas de dejetos humanos são eliminados nos cursos de água em todo o mundo todos os dias e mais de 80% das águas residuais do planeta não são coletadas ou tratadas. Atualmente, 26 países estão em situação de escassez e quase 400 milhões de habitantes vivem em regiões com estresse hídrico, cerca de 2 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável e 2,4 bilhões não dispõem de saneamento. Mundialmente, 1 em cada 5 seres humanos é privado do acesso a água potável e mais da metade da população mundial não dispõe de saneamento básico. O Século XXI será decisivo quanto à adoção de manejos sustentáveis dos recursos hídricos. Durante mais

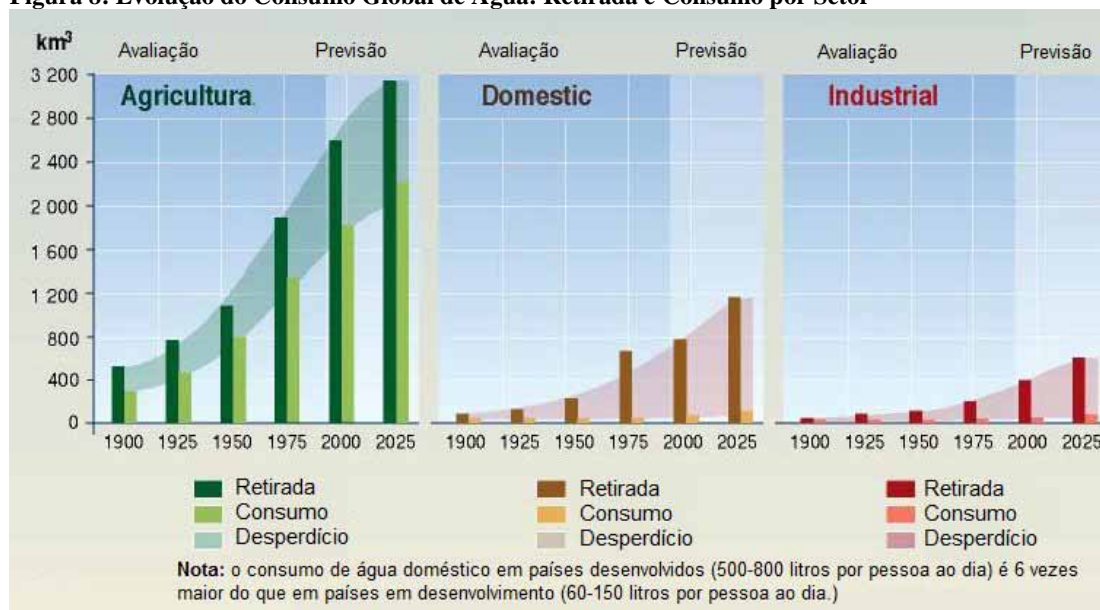
de 500 milhões de anos o volume de água disponível correspondia à demandada, contudo, nas últimas décadas, a crise hídrica se estabeleceu e a cada dia vem se agravando. As causas do problema são múltiplas, mas existem duas premissas básicas: primeira, a do déficit hídrico; pelo aumento crescente da população que demanda maior quantidade de água versus a disponibilidade do recurso hídrico, que mesmo se renovando através do ciclo hidrológico continua imutável em termos quantitativos a 1.386 milhões de km cúbicos desde as eras geológicas (velocidade da degradação é muito superior à velocidade de renovação); a segunda premissa é de que a distribuição dos potenciais hídricos é irregular. Estima-se que num período inferior a duas décadas, o déficit hídrico corresponderá a 56% da demanda, mais de 4 bilhões de pessoas não terão acesso à água (REBOUÇAS, 2002).

Figura 7- Disponibilidade de Água em declínio



Fonte: Relatório do Desenvolvimento Human, 2006 Pitman 2002

Figura 8: Evolução do Consumo Global de Água: Retirada e Consumo por Setor



Fonte: UNESCO, Paris, 1999.

(...) o veredicto é irrefutável: o mundo está enfrentando uma crise hídrica devido à poluição, a mudança climática e a uma onda de crescimento populacional de tamanha magnitude que quase dois bilhões de pessoas agora vivem em regiões do planeta que apresentam estresse hídrico. (BARLOW, 2009, pg.17)

Vandana Shiva (2006) colocou alguns dados alarmantes em seu livro para mostrar a severidade da crise da água, como exemplo, se estipula que 56 países sofram de falta ou escassez de água até 2025, seriam 817 milhões de pessoas, isto é, se os atuais padrões de consumo se mantiverem, duas em cada três pessoas no mundo vão sofrer escassez moderada ou grave de água.

[...] tanto a 'crise da água' quanto o fenômeno da 'fome' são questões impostas pelas relações de poder dentro e entre as sociedades" e "[...] a definição de 'crise da água' deverá ser feita com base num espectro mais amplo de significados, incluindo-se a miséria e o colapso social, contidos nas tradicionais conotações de subdesenvolvimento. (Rebouças, 2002, pg. 693).

3.3 O Valor Do Ouro Azul

“De repente, está tudo tão claro: o mundo está ficando sem água doce”.

Maude Barlow, em *Ouro Azul: Como as Grandes Corporações Estão se Apoderando da Água Doce do Planeta*.

É uma tendência certa, dentro do sistema econômico vigente, a eclosão de conflitos ligados à gestão dos recursos naturais, conflitos relacionados à escassez, falta de qualidade, justiça na distribuição e consequente preço. As causas são muitas, crescimento mundial, mudanças climáticas, urbanização acelerada e crescente uso da irrigação.

“As três crises da água – diminuição dos suprimentos de água doce, acesso desigual à água e controle corporativo da água – representam a maior ameaça de nosso tempo ao planeta e à nossa sobrevivência.” (BARLOW, 2009). “Em 1995, Ismail Serageldin, vice-presidente do Banco Mundial, fez um prognóstico sobre o futuro da água que seria amplamente citado: Se as guerras deste século foram disputas por petróleo, as guerras do próximo serão travadas por água.” (SHIVA, 2006).

Por todas essas multicausalidades, os problemas com a água não vão esperar para eclodir somente no futuro e já vem chamando atenção, como prioridade nas discussões ecológicas de preservação, podendo ser considerada o epicentro do problema, pelo tamanho da sua importância (por ser um elemento extremamente vital, necessário para todas as atividades humanas, ambientais e econômicas, como a irrigação, energia, entre outras) e dificuldade de ser solucionado. As guerras por água já ocorrem, e isso data de décadas, população versus corporações, os primeiros lutando para conseguir a manutenção da vida, os segundos querendo uma fatia do bem mais valioso da atualidade. (SHIVA, 2006). Comparável ao ar em sua necessidade, não é possível viver sem respirar, não é possível viver sem o consumo de água. A população cresce e traz com ela o aumento da demanda por água. O ideal seria a descoberta de novas fontes de abastecimento hídrico para esse novo contingente populacional, porém isso não está ocorrendo, a oferta não

crece junto com a demanda, e a escassez se apresenta como resposta óbvia para a situação atual.

Uma das metas ambientais mais importantes é proporcionar um fornecimento sustentável e suficiente de água limpa para o mundo. Mesmo sendo a água um recurso renovável de difícil destruição (ciclo hidrológico)⁴⁵, sua disponibilidade é afetada por sua distribuição desigual sobre a Terra. Lugares com clima árido e áreas densamente povoadas tem a escassez de água como constante em suas vidas a muito tempo, e isso é projetado para piorar significativamente nos próximos anos. Enquanto a população mundial cresce e as grandes economias emergentes se expandem, iremos enfrentar uma crise no fornecimento de muitos recursos não renováveis importantes, porque eles, o que é o mesmo que dizer que seu consumo é muito mais rápido do que sua criação pela natureza. (ALTANER, 2012). Um grande exemplo desta preocupação, dessa crescente demanda por maior igualdade no fornecimento de água, são os “Objetivos De Desenvolvimento Do Milênio”, criado pela ONU em 2000, um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo, promovendo a equidade e prosperidade, dentro destas metas está a redução pela metade da proporção de pessoas que vivem sem água potável não contaminada até 2015. (ONU).

A água é denominada de “Ouro Azul”, por ser vista como uma forte fonte de poder e capital (BECKER, 2004) e riqueza, vista como uma mercadoria preciosa para as instituições internacionais, que sempre se mostram atentas a todas as possibilidades de lucrar com as necessidades demandadas pelo mercado. Como previu Garret Hardin (1968) com a “Tragédia Dos Comuns”, os interesses individuais se sobrepõem ao objetivo coletivo, resultando em destruição dos bens públicos e da escassez dos recursos. Não há escapatórias, as tensões relacionadas aos recursos naturais em um dado território serão indubitavelmente travadas, e não apenas entre os estados, mas também entre movimentos sociais, empresas transnacionais, governo local e instituições financeiras, como o episódio anteriormente descrito em Cochabamba, a “Guerra da Água”, ícone do discurso antiglobalização mundial pela atuação massiva das transnacionais no controle e

⁴⁵ É a troca contínua de água na hidrosfera, entre a atmosfera, a água do solo, águas superficiais, subterrâneas e das plantas, por evaporação, precipitação e escoamento.

distribuição dos recursos hídricos. A escassez da água é influência direta da desigualdade social e da falta de manejo e uso sustentável dos recursos naturais.

Por um lado, há uma real e continua preocupação com a sobrevivência humana. Por outro lado, a atual tendência dominante é a comercialização de elementos naturais: um mercado para o ar, vida, água é forjado [...] sob a retórica de grandes riscos e ameaças para a humanidade. A última preocupação é a falta de água. Esta situação tem sido notada e anunciada como uma real catástrofe global. Tem sido dado à água um valor similar ao do petróleo no século XX e ela tem sido chamada de ouro azul. A hidropolítica está se desenvolvendo no mundo. (BECKER, 2004, pg.144, tradução livre).

A autora Becker (2004) acredita que a apropriação do recurso água passa a ser vista, nesses últimos anos, como uma espécie de garantia a soberania nacional, uma relação de poder. É necessário o domínio desse recurso em vista da prevista e anunciada catástrofe global, e por isso se criam esses mercados para a gestão mais “segura” destes bens. A hidropolítica externa vê a água como fonte de poder. Ao longo do tempo a água se tornou um recurso essencial, utilizado não só para o desenvolvimento natural do homem, mas para ele se sobrepor aos outros grupos humanos.

O que ocorre é que a mercantilização da estrutura política, econômica e cultural que vem ocorrendo dentro na globalização do capital na qual estamos inseridos, passou a dar outro tipo de valor à água, o valor comercial, o valor econômico. Valor econômico, pelo dicionário *Michaelis*: “Apreciação feita pelo indivíduo da importância de um bem, com base na utilidade e limitação relativa da riqueza, e levando em conta a possibilidade de sua troca por quantidade maior ou menor de outros bens”. Shiva (2006) comenta em seu livro que não há coerência em dar um preço monetário para a água, seu valor não pode ser medido, ela é vital insubstituível, a lógica de mercado não cabe nessa problemática. O valor supera o direito das pessoas aos recursos disponíveis, a água deve ser pensada como um recurso de acesso livre, restringir sua viabilidade, custeando a pela lógica monetária, é excluir de uma parcela significativa de seres humanos condições mínimas de existência.

3.4 Há solução?

“How best to limit the use of natural resources so as to ensure their long-term economic viability”

Elinor Ostrom, 1990

Mas de quem é a água, do Estado ou pública? Quais são os direitos da sociedade sobre a água e quais são os do Estado? A água sempre foi uma propriedade pública, tratada tradicionalmente como um direito natural “um direito que nasce da natureza humana, das condições históricas, das necessidades básicas ou de noções de justiça”, direito usufrutuários, a água pode ser usada mas não possuída, as pessoas tem direito a vida e aos recursos necessários para viver. (SHIVA, 2006, pg.36). Mas agora o “Ouro Azul” adquiriu valor e passa a ser visto como bem privado, comercializado. É preciso delimitar as reais prioridades, qual o “real benefício” destas transações, não comercialmente falando mas sim socialmente e ambientalmente.

Um conceito fundamental a ser analisado para a melhor definição da gestão dos recursos hídricos é o de "monopólios naturais". William Baumol (1977, p. 810) elaborou a definição na forma atual do monopólio natural em que "uma indústria em que a produção multiforme é mais cara do que a produção por monopólio" Os monopólios naturais são serviços necessários à população, fundamentais para a vida econômica e social de uma sociedade, eles tem forte presença de "externalidades" (atividades de terceiros que afetam o bem-estar de pessoas não envolvidas no processo, positiva ou negativamente). Além disso, eles exigem grandes investimentos, de longo prazo de maturação, são específicos para cada atividade, isso é, não são "recuperáveis". Como exemplo, temos: fornecimento de água tratada e saneamento básico (esgotos), de energia elétrica, de gás encanado, de telefonia fixa, metrô e algumas ferrovias, entre outros. Estes setores apresentam certas características em comum, como a essencialidade. Há uma extensa corrente de pesquisadores desenvolvimentistas, defensores do livre comércio, que defendem o

programa de privatização, como único mecanismo eficiente para gerir eficientemente os “monopólios naturais”.

“O Banco Mundial e o FMI vem tentando empurrar seus países “clientes” para a privatização. Na América Latina essas organizações defendem o “Modelo Chileno” de privatização rápida e radical.” (HOWE, 2000, tradução livre). Existem três tipos de privatização dos serviços hídricos públicos, contratos de concessão, os contratos de *leasing* e os contratos de *administração*. No fim todos envolvem lucros para as empresas privadas e interrupções de fornecimento para quem não consegue pagar pela água. (BARLOW, 2009, p.50).

Maude Barlow (2009) contrapõe outra possibilidade bastante impulsionada para aliviar a crise da água que é o uso da alta tecnologia. Como exemplo tem-se a instalação de represas, que alteram o fluxo dos rios e o habitat aquático (além de emitirem gases de efeito estufa em seu funcionamento); os desvios, dispendiosos e nocivos ao meio ambiente que movem a água por meio de dutos de sua fonte natural (bacias hidrográficas) em direção às grandes cidades; e a dessalinização (remoção do sal da água do mar por meio da evaporação), perigosa ao meio ambiente e à saúde humana por seu extenso uso energético, emissão de gases de efeito estufa e a geração de um subproduto letal venenoso geralmente descarregado nos oceanos. Todas essas alternativas têm resultados imediatos e de urgência, porém, se pensadas no longo prazo, apresentam danos ambientais muito maiores do que antes de sua implantação, sendo componentes certos do futuro agravamento da crise hídrica global.

Em 2000, Charles W. Howe⁴⁶ elaborou um estudo no Reino Unido que mostrava os efeitos da privatização do serviço público, com ênfase no serviço urbano de distribuição de água, que é o exemplo mais próximo que existe da definição ideal de “monopólio natural”. A infraestrutura necessária é especializada e cara. Os resultados alcançados na pesquisa foram bem variados, com sucesso em alguns setores (gás, eletricidade e telecomunicação) e derradeiro fracasso e insatisfação pública em privatizações das ferrovias (britânicas), e, principalmente, na privatização da distribuição de água.

O principal resultado da privatização da distribuição de água foi um forte e vociferante descontentamento público com as empresas privadas. As tarifas de

⁴⁶ Professor de Economia da “University of Colorado at Boulder”, é especializado em recursos naturais e questões de política ambiental.

água subiram de 100 a 200 por cento. Os salários dos diretores das empresas têm sido muito superiores em comparação com o de indústrias semelhantes, enquanto os preços das ações da empresa têm aumentado muito, normalmente pela antecipação da contínua elevação dos lucros. Simultaneamente o valor médio das ações das 25 empresas privatizadas de distribuição de água subiu 1000% em bolsa, ou seja, dez vezes. (HOWE, 2000, p. 46, tradução livre).

O Banco Mundial, no capítulo 6 de seu relatório “*Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform*” de 2005, declara que muitos observadores questionam agora se a privatização e a desregulamentação não teriam ido longe demais. A insatisfação atual, segundo o Banco Mundial, mostrada em uma pesquisa conduzida em 2002, que em 17 países da América Latina⁴⁷, dois terços dos entrevistados consideraram que “a privatização de empresas públicas não foi benéfica” (43% a mais do que na mesma pesquisa em 1998).

Alguns artigos acadêmicos sobre a “Tragédia Dos Comuns” recomenda o controle do Estado na maioria dos recursos naturais para evitar sua destruição, outros recomendam que a privatização desses recursos por si já resolveria o problema. O que se pode observar no mundo, no entanto, é que nem o Estado nem o mercado são uniformemente bem sucedidos em permitir que indivíduos consigam sustentar o uso produtivo e de longo prazo dos sistemas de recursos naturais. Além disso, comunidades individuais têm contado com instituições que não se assemelham nem ao Estado nem ao mercado para gerir alguns de seus sistemas de recursos, obtendo graus razoáveis de sucesso por grandes períodos de tempo. (OSTROM, 1990, pg.1, tradução livre).

⁴⁷ No Brasil, o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) é um dos instrumentos da Lei nº 9.433/97, a conhecida “Lei das Águas”, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos no Brasil. A Agência Nacional de Águas (ANA) é a entidade federal responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e do SNIRH, como determina o artigo 4º, inciso XIV da Lei nº 9.984/00.<http://www2.snirh.gov.br/home/>

A proliferação da visão mercantilista sobre água no âmbito internacional, pela escolha da privatização da sua gestão, diminuiu, encareceu e não alterou a qualidade nem a área alcançada da maioria dos sistemas de fornecimento desses serviços à população, além de subtrair, cada vez mais, grande parte das pessoas carentes ao acesso a esses serviços. Os resultados obtidos com a privatização, especificamente dos sistemas de distribuição hídrica, são predominantemente negativos. Não há satisfação popular e a gestão de um recurso tão precioso continua sendo feita de uma forma ineficiente, não mais pelo Estado, mas por empresas privadas. A desigualdade na distribuição continua, além dos desperdícios e da baixa qualidade oferecida. Maude Barlow (2009) expôs resultados de diversos relatórios, feitos na última década, e o que se observa é a diminuição dos financiamentos por parte das instituições financeiras, não fornecimento do serviço à população mais desfavorecida, subornos, corrupção, aumento de tarifas, não cumprimento de promessas, além do impacto negativo ao desenvolvimento do país afetado. A conclusão unânime da maioria dos pesquisadores, ambientalistas, economistas novo-keynesianos, que prezam os valores sociais e a preservação do meio ambiente, usados de base para esse trabalho (principalmente Elinor Ostrom, Joseph Stiglitz, Maude Barlow, Vandana Shiva), é de que a privatização não é o ideal para se gerir um recurso vital e escasso, por não se guiar por princípios que estimulem desenvolvimento, como o aumento do bem-estar e da qualidade de vida da população atual e futura, a maioria das empresas privadas são movidas pelo auto interesse, pela busca da maximização dos seus lucros, e isto sempre recai negativamente para maioria da sociedade, afinal todo investimento e retorno (ou grande parte dele) obtido por essas empresas são destinados e retidos nas poucas e poderosas entidades hegemônicas de capital. Stiglitz (2006. p.142) via a privatização como uma "apropriação das riquezas do Estado por alguns grupos privados privilegiados - que objetivam apenas obter lucro para si, nem sempre com isso aumentando o "bem-estar" da população ou a riqueza do país".

Uma possibilidade apresentada para a gestão eficaz do Ouro Azul é a gestão sustentável, aliada a um planejamento pensado para o longo prazo. Um bem comum autogerido eficientemente e de modo comunitário, que respeite as especificidades e as regras da região, é uma popular solução, defendida pioneiramente pela economista Elinor Ostrom (1991), e apoiada por muitos estudiosos críticos à privatização, que se sustentam

pelo sucesso destas gestões analisados nos estudos de caso feitos ao redor do mundo inteiro. Associações locais gerindo os recursos para a população, contando com ajuda de pesquisadores e uma autoridade central para que se consiga aumentar ao máximo a qualidade de vida, reduzindo a contaminação da sua água, regulando o mau uso e desperdício, prezando a distribuição geral com igualdade e qualidade, e, assim, perpetuando a disponibilidade do recurso mais importante para a vida. Concomitantemente, é necessário um planejamento de conservação e o desenvolvimento de estratégias hídricas, com gestão eficaz e justa, desenvolvido por líderes e instituições políticas, extenso e rico, que ofereça os instrumentos e ferramentas necessárias para que cada região consiga se guiar e monitorar para definir seu modelo de gestão, uma solução baseada no coletivo e nos interesses reais da população, que faça com que os políticos aceitem a seriedade da escassez do recurso e promova a gestão de acordo com os limites sustentáveis para o consumo humana.

(...) além de se promover uma maior conscientização popular sobre o correto uso, armazenamento e preservação da água e de suas fontes naturais, é preciso também a realização de políticas públicas para garantir o seu acesso por toda a população, com ações de democratização estrutural, como o saneamento básico. (Mundo Educação⁴⁸).

Positivamente, vem crescendo a força e importância dos movimentos globais que lutam pela justiça hídrica. Eles compartilham nos “Fóruns Mundiais da Água” e outros encontros, pesquisas, estratégias, financiamentos e até recursos, de forma coordenada e eficaz para cuidar e garantir acesso à água. Todos acreditam no sucesso de um futuro alternativo para a água, priorizando sua conservação, justiça na distribuição e o reconhecimento do recurso, pelos governantes, como direito humano básico e fundamental (BARLOW, 2009). A água é um bem essencial para a vida em todas as suas formas, garantir seu abastecimento para toda a população atual e futura do planeta é necessidade prioritária e básica a todos os planejamentos, sendo necessário ajustar o uso do recurso ao seu limite e à capacidade auto-reguladora da natureza.

⁴⁸ Disponível em <http://www.mundoeducacao.com/geografia/a-distribuicao-agua-no-mundo.htm>, ultimo acesso 26 de outubro de 2013.

O compromisso intergeracional deve reorientar para uma gestão da água integrada, integral, compartilhada e inteligente, que potencializa o bem-estar social e o desenvolvimento econômico de forma equitativa, sem comprometer a integridade dos ecossistemas, ou o direito das gerações futuras de usá-los como base de sua existência e qualidade de vida. (RAMÍREZ, www.aquavitae.com)⁴⁹

⁴⁹ A revista Aqua Vitae é uma publicação especializada que circula desde o ano de 2005, em 14 países da América Latina. Devido a sua relevância, recebeu um dos prêmios latino-americanos e do Caribe da Água PLACA 2007, como melhor iniciativa privada, por ser a única revista a tratar do tema da água com um enfoque regional na América Latina.

Conclusão

A gestão da água, no contexto contemporâneo do capitalismo e da globalização neoliberal, com seu incentivo às privatizações, representa no ambiente mercantil e econômico uma extraordinária possibilidade de expandir lucros. A gestão e uso imprudente dos recursos hídricos, o abuso dos recursos naturais e do meio ambiente, os padrões consumistas e individualistas, simultâneos a proeminência dos interesses corporativos e econômicos sobre os sociais e ambientais, tendem a fazer com que a água se transforme em produto, um bem econômico.

O exemplo, exposto, da manifestação popular de Cochabamba (Guerra da Água) exemplifica com perfeição o atual conflito de interesses quando se tenta solucionar o enraizado problema hídrico. Ao invés das autoridades responsáveis buscarem acordos e soluções guiados pelo benefício e interesse da maioria do povo, se escolhe o lado monetário, individualista, que beneficia um pequeno grupo de privilegiados e não leva em conta as necessidades da região em questão.

O ouro azul, por sua raridade, escassez e alto preço de manutenção, tem sua política de gestão transformada em política econômica, na qual as organizações dominadoras mundiais ditam as regras visando à redução dos custos e a maximização dos lucros, estipulando a mercantilização e privatização da água como melhor solução para conduzir e resolver a crise da água. O problema é que esta solução não é ideal, muito pelo contrário, há corrupção, aumento exponencial das tarifas, poluição, diminuição da qualidade do serviço oferecido (se oferecido), e a exclusão de milhões de pessoas do acesso a um bem extremamente importante para a vida e para o próprio desenvolvimento econômico, se pensado no fator qualidade de vida e disponibilidade para as futuras gerações. O interesse econômico diminui os direitos humanos básicos e aumenta a desigualdade social. O acesso universal a água não é responsabilidade nem objetivo de empresas privadas, é um objetivo do bem estar social, portanto responsabilidade do Estado, responsabilidade esta que vem perdendo espaço dentro do ambiente favorável aos interesses das corporações dominantes, e não á maioria da população.

Referência Bibliográfica

- ADELMAN, G. Irma. “Teorias do Desenvolvimento Econômico”, editora Forense, 1972.
- ALTANER, Steve. “Physical Resources: Water, Pollution, and Minerals. Sustainability: A Comprehensive Foundation”, INSIDE COLLECTION, 2012.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. Em: SADER, Emir.(org.) Pós neoliberalismo - As políticas Sociais e o Estado Democrático, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.
- ANDERSON, Perry. ”Neoliberalismo: um balanço provisório”. Em Sader E. e Gentilly P. La trama del Neoliberalismo. Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 1997.
- ASSIES, Willem “David versus Goliath in Cochabamba:Water Rights, Neoliberalism, and the Revival of Social Protest in Bolívia” Latin American Perspectives, 2003.
- BAUMOL, William J. “On the Proper Cost Tests for Natnral Monopoly in a Multiproduct Industry”, American Economic Review 67, 1977.
- BARLOW, Maude. “Água, Pacto Azul. A Crise Global da Água e a Batalha pelo Controle da água potável no mundo.” São Paulo: M.Books, 2009.
- BARLOW, Maude. “Blue Gold: The Global Water crisis and the Commodification of the World’s Water suply.” Fórum internacional de globalização, São Francisco, 1999.
- BELTRAN, E. P. “Water, Privatization and Conflict: Women from the Cochabamba Valley.” Washington:Heinrich Böll Foudation, Global Issue Papers, A. 4, n.4, 2004.
- BECKER, B. “O uso político do território: Questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo”. In: BECKER, Bertha e COSTA, Rogério H. da. Abordagens Políticas da Espacialidade.Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY,
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/xx.html#Geo>.
 Acesso em 12/10/2013.

- CECEÑA, A. E.” La Guerra por El Agua y por La Vida.” Cochabamba: Coordinadora de Defensa Del Agua y La Vida, 2004.
- CHANG, Ha Joon. “Globalisaion, trasnational corporations and economic development: can the developing contries pursue strategic industrial policy in a globalising world economy?”. Cambridge University Press, 1996.
- CHESNAIS, François. “Globalização, oligopólio mundial e algumas de suas implicações”. 1992.
- CHESNAIS, F. “A mundialização do capital”. São Paulo: Xamã, 1996.
- CRESPO, Carlo. “Gestión ambiental: el conflicto por la perforación de pozos profundos” CERES, Cochabamba.
- CORPORATION. Direção: Mark Achbar, Jennifer Abbott. 2004. 1 Documentário (144 min).
- CRESPO, C., FERNANDEZ,O. e PEREDO, C. “Los Regantes de Cochabamba em La Guerra Del Agua.” Cochabamba: CESU e UMSS, 2004.
- CRUZ, R. Entrevista concedida em 20 de Janeiro de 2006. Cochabamba.
- DATHEIN, Ricardo. “De Bretton Woods à Globalização Financeira: Evolução, Crise e Perspectivas do Sistema Monetário Internacional”, 2010.
- DE LA FUENTE, Manuel. “La Guerra por el agua em Cochabamba. Cronica de uma dolorosa victoria” .Cochabamba: FACES/PROMEC/UMSS, 2000.
- DE LA FUENTE, M. “La guerra por el agua em Cochabamba. Crónica de uma dolorosa victoria”, Cochabamba: FACES/PROMEC/UMSS, 2000.
- ENCONTRO com Milton Santos: O mundo Global Visto do Lado de Cá. Direção: Sílvio Tandler. 2006. 1 Filme (90 min).
- FERNÁNDEZ QUIROGA, F.O. “El agua - conflicto en el valle central.” Disponível em: www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/imf/bolivia/el-agua.htm. Acesso em 29 de abril de 2013.
- FURTADO, Celso. “O mito do desenvolvimento”, Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”, -Rio de Janiero: Contraponto, 2009.
- GENNARI, Adilson M. e ALBUQUERQUE, Cristina M. “Políticas públicas e desigualdades sócias” -São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

- GENNARI, M. Adilson “Mundialização do capital e reformas privatizantes no Brasil e na Inglaterra no final do século vinte”, - São Paulo, 2005.
- GOODMAN, Amy. “Cochabamba, the Water Wars and Climate Change.”, abril 2010. Disponível em http://www.democracynow.org/blog/2010/4/21/cochabamba_the_water_wars_and_climate_change. Acesso em 14 de fevereiro de 2013.
- HARDIN, Garrett. “Tragedy of the Commons”, Science, New Series, 13 de dezembro 1968: Vol. 162. Publicado por: American Association for the Advancement of Science. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1724745>. Acesso em 10 de outubro de 2013.
- HOMER-DIXON, T. “Environmental Changes and Violent Conflict”, Washington: American Academy of Arts and Sciences, Occasional Paper, 1990.
- HOWE, Charles W. “The Effects of Privatization of Public Services: The Case of Urban Water”, Water. Resources Update, Issue Number 117, October, 2000.
- HUMAN DEVELOPMENT REPORTS, disponível em <http://hdr.undp.org/en/humandev/reports/>. Acesso em 7 de maio de 2013.
- KLARE T. Michael, “Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict”. Editorial Reviews.
- KRUSE, Thomas. “Capítulo IV: La "Guerra del Agua" en Cochabamba, Bolivia: terrenos complejos, convergencias nuevas.” em E.de la Garza Toledo: Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina. Colección Grupos de Trabajo CLACSO Buenos Aires, 2005.
- LEDO, M. del C. Urbanization, Productive Structure and Employment Process in the National Economic Corridor of Bolivia. XXII International Congress, Miami: Latin American Studies Association, 2000.
- Lei 2029. “Ley de Servicios de Agua Potable y Alcantarillado Sanitario Del 29 de Octubre de 1999”. La Paz: Congreso Nacional Boliviano, 1999.

- MALTHUS, R. Thomas. “Um ensaio sobre o princípio da população na medida em que afeta o melhoramento do futuro da sociedade, com notas sobre as especulações de Mr. Godwin, M. Condorcet e outros escritores”, 1798;
- MALTHUS, R. Thomas "Um ensaio sobre o princípio da população ou uma visão de seus efeitos passados e presentes na felicidade humana, com uma investigação das nossas expectativas quanto à remoção ou mitigação futura dos males que ocasiona", 1803.
- MANSUR, Vinicius. “Cochabamba. Guerra da Água completa 10 anos”. Revista ECODEBATE publicada pelo Brasil de Fato, 24-02-2010.
- MARX, Karl. “Capital: A Critique of Political Economy. Volume III: The Process of Capitalist Production as a Whole. Edited by Friedrich Engels. 1894.
- MAY, Peter. “Elinor Ostrom: um toque feminino”, boletim ECOECO n.21, 2009.
- MYERS, Norman. “Environment and security”. Foreign Policy, n.74, 1989.
- OCAMPO, José A. e MARTIN, Juan . “Globalization and Development: A latin American and Caribbean Perspective”,-Nações Unidas: Cepal, 2003.
- ONSTROM, Elinor. “Governig the Commons”, Cambridge University Press, 1990.
- Ostrom, Elinor, Joanna Burger, Christopher B. Field, Richard B. Norgaard e David Policansky (1999): “Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges”, em revista "Science", vol. 284.
- ONU. “Declaração Universal dos Direitos da Água”. 22, março de 1992.
- PAINE, Thomas. “Agrarian Justice” 1795. Disponível em <http://www.ssa.gov/history/paine4.html>. Acesso em: 11 de maio de 2013.
- PFRIMER, Matheus Hoffmann. “A Guerra da Água em Cochabamba Bolívia: a desconstrução de um conflito”. IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008, Brasília - DF – Brasil.
- PFRIMER, Matheus Hoffmann. “A Guerra da Água em Cochabamba Bolívia: desmitificando os conflitos por água a luz da geopolítica” tese USP-São Paulo, 2009.
- PUBLIC CITZEN, Critical Mass Energy and Environment Program “Water Privatization Case Study: Cochabamba, Bolívia”, 2001.

- RAMIREZ, Boris. “Compromisso Intergeracional Pela Água Urgente” Disponível em www.aquavitae.com. Acesso em 26 de outubro de 2013. Todos os direitos reservados.
- REBOUÇAS, Aldo da Cunha. “Águas Doces no Brasil.” São Paulo: Escrituras, 2002.
- RELATÓRIO do Desenvolvimento Humano, capítulo 4 “Escassez da Água- riscos e vulnerabilidade dos associados”, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Souza. “A globalização e as ciências sociais”. 3ed.-São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. “Os processos da Globalização” Revista Crítica de Ciências Sociais, 2002. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html>. Acesso em 23/08/2013.
- SANTOS, Milton. “Por uma outra globalização”. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.
- SEMAPA. Mapa da Distribuição Hídrica por Distritos Urbanos na Área Metropolitana de Cochabamba. Cochabamba: Gerência de Operações da SEMAPA, 2005.
- SEMAPA. “Plan Maestro del Sistema de Abastecimiento de Agua Potable y Alcantarillado Sanitario para la Ciudad de Cochabamba. Lineas Maestras.” Cochabamba: Gerência de Operações da SEMAPA, 2005.
- SEN, Amartya. “Desenvolvimento como liberdade” São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEYMOUR, Malcolm. “World Bank’s ICSID to Hear Case on Bolivia Water Privatization.” Washington-EUA, Outubro, 2002.
- SHIVA, Vandana. “Guerras por água. Privatização, poluição e lucro”. Radical livros, São Paulo-BR, 2006.
- SHULTZ, Jim. “A guerra pela água na Bolívia”, 2005. Disponível em: http://comunicandocm2009.files.wordpress.com/2009/10/ref_berna_guerra_agua.pdf
- SINGER, Paul I. “Globalização e Desemprego: Diagnósticos e Alternativas”, 8.ed.- São Paulo: Contexto, 2012.

- STIGLITZ, Joseph E. “A Globalização e seus malefícios. A promessa não cumprida de benefícios globais.” São Paulo, Editora Futura, 2002.
- STIGLITZ, Joseph E. “Making Globalization Work.” New York, London: W. W. Norton, 2006
- STIGLITZ, Joseph E. “More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus.” The 1998 WIDER Annual Lecture. Helsinki, Finlândia, 07/1/1998.
- TAMBIÉN la lluvia. Direção: Icíar Bollaín. Alta Films, 2010. 1 DVD(104 min).THE
- THEIS, Tom e TOMKIN, Jonathan. “Sustainability: A Comprehensive Foundation”, 2012. Disponível em <http://cnx.org/content/m38612/latest/?collection=col11325/latest>. Acesso em 23 de agosto de 2013.
- VON SPERLING, M. “Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos.” Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, UFMG, 1995.
- VON DER PORTEN, Suzanne. “Teaching Case: Aguas del Tunari in Bolivia: The Water War”, B.Sc., MBA , setembro de 2007.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Malthus
- <http://www.objetivosdomilenio.org.br/objetivos/>